



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS PORTUGUÊS**

VIVIANE BALBINO DO NASCIMENTO SENA

**O RESGATE DE VOZES IRMÃS: A MEMÓRIA ENQUANTO RESISTÊNCIA NAS
NARRATIVAS DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

**MONTEIRO
2022**

VIVIANE BALBINO DO NASCIMENTO SENA

**O RESGATE DE VOZES IRMÃS: A MEMÓRIA ENQUANTO RESISTÊNCIA NAS
NARRATIVAS DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Letras Português da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em licenciatura plena em Letras Português.

Orientadora: Prof. Ma. Simone dos Santos Alves Ferreira

**Monteiro
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S474r Sena, Viviane Balbino do Nascimento.
O resgate de vozes irmãs [manuscrito] : a memória enquanto resistência nas narrativas de Conceição Evaristo / Viviane Balbino do Nascimento Sena. - 2022.
53 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2022.
"Orientação : Profa. M^a. Simone dos Santos Alves Ferreira, Coordenação do Curso de Letras - CCHE."
1. Memória. 2. Conceição Evaristo. 3. Afrodescendente. I.
Título

21. ed. CDD 801.95

VIVIANE BALBINO DO NASCIMENTO SENA

O RESGATE DE VOZES IRMÃS: A MEMÓRIA ENQUANTO RESISTÊNCIA NAS
NARRATIVAS DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Programa de Graduação em licenciatura em Letras Português da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em licenciatura plena em Letras Português.

Aprovada em: 23 / 03 /2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Ma. Simone dos Santos Alves Ferreira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Marcelo Medeiros da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Johniere Alves Ribeiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu querido pai e avô José Balbino Sobrinho (*in memoriam*). Queria que estivesse vendo isso de perto. Por todo o amor primeiro que a mim foi concedido, dedico.

AGRADECIMENTOS

É hora de agradecer o que é emocionante, porque significa que realmente consegui chegar à etapa final da minha graduação. Agradeço primeiramente a Deus, que ilumina os meus dias, e a Maria, não a submissa e estigmatizada como vulnerável, mas a mulher de fibra que resistiu na pele e aceitou ser a mãe do salvador. A ela dedico minha devoção e presto meu agradecimento. Continuando a agradecer a mulheres fortes, agradeço e dedico este trabalho às mulheres mais fortes que eu já pude conhecer dentro do meu clã familiar, em especial à minha mãe Maria José, agradeço pelo ato de vir ao mundo e pela força que vem de berço. À minha segunda mãe e avó Severina, agradeço a maior parceria da minha vida e por, mesmo conhecendo tão pouco dos livros, ter me ensinado que o caminho do conhecimento sempre será a minha melhor escolha.

A minha irmã Ana Caroline, agradeço pelo apoio e pela confiança. Você acreditou em mim quando ninguém mais acreditou, nem mesmo eu. Você é a razão por qual luto por um futuro melhor para todas as mulheres. Ao meu pai do coração Odival Alves, agradeço o amor que tem por mim, por me tratar como filha desde o dia que surgiu em minha vida e pelos dias de chuva, os quais suportou juntamente comigo. Essa vitória é nossa. A todos os meus poucos e queridos amigos, agradeço a cada um pelo carinho.

A minha comunidade acadêmica do Campus VI da Universidade Estadual da Paraíba, agradeço por todos os ensinamentos, em especial a minha orientadora Simone Alves, minha eterna gratidão por caminhar me guiando por toda a trajetória de produção deste trabalho, acreditando com paciência e dedicação nas minhas ideias. Saiba que lhe admiro imensamente e sinto um carinho enorme pela mulher, estudante e mãe que és. A você, meu eterno agradecimento. Referente à comunidade acadêmica que tanto contribuiu em meus dias, rendo meu último agradecimento aos componentes da banca examinadora, composta pelo Prof. Dr. Johniere Alves Ribeiro e pelo Prof. Dr. Marcelo Medeiros da Silva. Gratidão pelas contribuições e pela disposição em conhecer mais de perto esta pesquisa. A dedicação de vocês é imprescindível para que bons frutos possam nascer no campo da pesquisa e do conhecimento.

Na vida é preciso continuar sempre. Por isso, reservo essa parte final para agradecer a todos que sempre me deram forças para transformar dor em continuidade. Agradeço *in memoriam* a todos que hoje, espiritualmente, fazem parte de mim, em especial a Jamerson. É também por você que reivindico esse lugar de fala e resisto, já que infelizmente você não pode. A todos que acreditaram e contribuíram direta ou indiretamente, meu muito obrigada, eis aqui a minha terceira lâmina.

Finalizo exaltando todos os seres femininos que já existiram no universo sem a liberdade de expressão. Sem essa existência não teria chegado até aqui com a sublime missão de recordá-las e por elas reivindicar nosso lugar na sociedade. É por vocês que hoje falo.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender, por meio de análises de dados e revisão da literatura, dois contos intitulados *Maria do Rosário Imaculada dos Santos* e *Regina Anastácia*, ambos presentes na obra *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2011), da autora Conceição Evaristo. Buscamos refletir acerca de como as protagonistas dos contos, através da retomada de memórias, elaboram um discurso de denúncia contra a opressão, o preconceito e a discriminação em relação ao afrodescendente por meio de um discurso de insubmissão e resistência. Para tal, utilizamos como base os pressupostos teóricos dos autores Le Goff (1982), Michel Pollak (1989), Benjamin (1996), Spivak (2010) e Ribeiro (2017). Ao final da discussão, pudemos apreender de que modo o resgate de memórias funciona na construção literária da autora Conceição Evaristo como exercício de liberdade e denúncia, revisando a história e atribuindo a tais sujeitos injustiçados um de lugar de fala perante a sociedade. Assim, podemos afirmar que as narrativas são desenvolvidas por meio de processos de resgate de memórias e que, para a história manter-se perpetuando de geração em geração, recordar como forma de denúncia é e será sempre preciso.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Conceição Evaristo. Afrodescendente.

Abstract

The present work aims to understand, through data analysis and literature review, two short stories entitled Maria do Rosário Imaculada dos Santos and Regina Anastácia, both present in the author Conceição Evaristo's *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2011). We seek to reflect on how the protagonists of the tales, through the resumption of memories, elaborate a discourse of denunciation against oppression, prejudice and discrimination in relation to the Afrodescendant through a discourse of insubmission and resistance. For this, we used as a basis the theoretical assumptions of the authors Le Goff (1982), Michel Pollak (1989), Benjamin (1996), Spivak (2010) and Ribeiro (2017). At the end of the discussion, we were able to apprehend how the rescue of memories works in the literary construction of the author Conceição Evaristo as an exercise of freedom and denunciation, reviewing history and attributing to such wronged subjects a place of speech before society. Thus, we can affirm that narratives are developed through processes of memory rescue and that, for history to continue perpetuating from generation to generation, remember how a form of denunciation is and will always be accurate.

KEYWORDS: Memory. Conceição Evaristo. Afrodescendant.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A CRISTALIZAÇÃO DA MEMÓRIA NA SOCIEDADE: PONDERAÇÕES TEÓRICAS	11
2.1 As contribuições teóricas de Jacques Le Goff e Walter Benjamin acerca da memória e da história	11
2.2 Ponderações teóricas sobre memória e identidade social: as discussões de Michael Pollak.....	17
2.3 A história que sempre foi contada pelo outro: algumas observações	20
3 A MEMÓRIA ENQUANTO RESISTÊNCIA EM <i>INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE MULHERES</i>	27
3.1 Maria do Rosário Imaculada dos Santos e o resgate de vozes irmãs	31
3.2 A ruptura da história padrão pela voz de Regina Anastácia.....	42
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

1 INTRODUÇÃO

Muito se tem questionado, ao longo dos tempos sobre, o lugar de origem das nossas memórias atuais e que contribuem, de modo geral, para o que chamamos de história. Sabendo que absorvemos a influência inesgotável de tendências ancestrais, podemos compreender que tudo o que hoje vivemos advém do nosso passado. Logo, tendo em vista a reflexão de que hoje somos porque muitos vieram antes de nós, esgarçar o passado em busca de respostas – até o momento não encontradas – é consideravelmente relevante e necessário.

É o passado que define as aberturas para o futuro, mostrando, através de si, as respostas as quais somos incumbidos de buscar na atualidade para preencher vazios e ocupar silêncios. Havendo sempre no campo da ciência uma busca incessante por respostas, pode-se observar uma grande nuvem de silêncio a encobrir o passado de indivíduos que tiveram suas vozes marginalizadas perante toda a historiografia. Ainda nos referindo a esquecimento, podemos ainda observar, no percurso histórico, que são os sujeitos afrodescendentes do sexo feminino os mais atingidos por tal silenciamento social.

Nos tempos atuais é possível compreender que os afrodescendentes são sujeitos altamente injustiçados pelo discurso colonizador branco prevalente durante todo o período pós-colonial no Brasil. Dessa maneira, compreendemos que muitos elementos que os caracterizam foram retirados do discurso oficial. Silenciados perante a história, injustamente, tais sujeitos foram marginalizados e tiveram seu passado apagado sob circunstâncias desumanas.

Na busca de compreender o que de fato foi retirado do discurso oficial, surgem, no campo da pesquisa, indivíduos intelectuais decididos a buscar respostas e a devolver, por meio de objetos denunciativos, o lugar de fala outrora tomado. O discurso literário, então, surge como uma das formas de resgate e denúncia, que busca, através de novos elementos históricos, resgatar acontecimentos do passado. Dessa forma, na contemporaneidade, surge como voz-autora representante de tal categoria literária a escritora afrodescendente Maria da Conceição Evaristo, a qual utiliza o seu campo de produção artística para resgatar, com um forte discurso de resistência, vozes ancestrais negras. Mediante aspectos que marcaram a trajetória de tais sujeitos, a autora resgata histórias corriqueiras do dia a dia desses sujeitos silenciados pelo discurso oficial.

Por possuírem em sua constituição elementos identificados dentro das categorias de análise – recordação e resistência –, dois contos da coletânea *Insubmissas Lágrimas de mulheres* (2016), de Conceição Evaristo, serão abordados nesta pesquisa: *Maria do Rosário Imaculada dos Santos* e *Regina Anastácia*. Assim, por meio de pesquisa indutiva, buscamos

demonstrar de que forma, por intermédio da rememoração de fatos históricos visualizados sob uma nova aparência, elementos como a resistência e a luta de sujeitos esquecidos pela história podem se tornar, quando documentados pela perspectiva literária, arma de denúncia e resgate de memórias.

Partindo da necessidade de refletir sobre o passado de mulheres negras sob um viés de resgate de memórias, o presente trabalho surgiu no intuito de compreendermos como as protagonistas dos contos analisados, bem como a rememoração de fatos do passado afrodescendente, elaboram um discurso de denúncia contra o preconceito e a discriminação sofridos pelo povo negro. Nesse sentido, desejamos também perceber como as mulheres negras das narrativas, com seu discurso de resistência, tornam-se protagonistas de suas histórias e reivindicam um lugar de fala na história social.

Como autores essenciais para a análise realizada neste trabalho, foram utilizados os pressupostos teóricos referentes à categoria “memória”, a partir de Jean Jacques Le Goff e de Michael Pollak, além da categoria “lugar de fala social” apresentada por Djamila Ribeiro.

O trabalho de teoria e análise se subdivide em dois capítulos. No primeiro, abordaremos o percurso histórico do que se compreende por memória através dos tempos. Para isso, utilizaremos as contribuições de Jacques Le Goff (1982) e Walter Benjamin (1996) acerca da memória e da história, atreladas às ponderações teóricas de Michael Pollak (1989), uma vez que ele se aprofunda na análise da memória atrelada à identidade social. Juntamente com tais pensadores, somamos à pesquisa outro tópico com as reflexões de Ribeiro (2017) sobre o lugar de fala dos afrodescendentes, juntamente com as reflexões de Spivak (2010) acerca da história dos subalternos¹, sempre contada por outros que não eles. Ao final do trabalho, almejamos que os resultados possam contribuir para outros trabalhos na linha de pesquisa referentes a resgates memorialísticos e, desse modo, venha a somar com as áreas da pesquisa as quais creem que, através da recordação, podemos desvendar o passado.

¹ A expressão “subalterno” começou a ser utilizada nos anos 1970, na Índia, como referência às pessoas colonizadas do subcontinente sul-asiático, e possibilitou um novo enfoque na história dos locais dominados, até então, vistos apenas do ponto de vista dos colonizadores e seu poder hegemônico. Emergiria, assim, o nome “subalternidade” que, de nome abstrato, teria seu sentido deslocado para certa concretude e visibilidade. (FIGUEIREDO, Carlos Vinicius da Silva, 2010, p. 84)

2 A CRISTALIZAÇÃO DA MEMÓRIA NA SOCIEDADE: PONDERAÇÕES TEÓRICAS

*O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos
A memória bravia lança o leme:
Recordar é preciso.*

*O movimento vaivém nas águas lembranças
dos meus marejados olhos transborda-me a vida,
salgando-me o rosto e o gosto.
Sou eternamente naufraga,
mas os fundos oceanos não me amedrontam
e nem me imobilizam.*

*Uma paixão profunda é a boia que me emerge.
Sei que o mistério subsiste além das águas.*

Conceição Evaristo

2.1 As contribuições teóricas de Jacques Le Goff e Walter Benjamin acerca da memória e da história

Produto social fundamental para armazenar aspectos humanos no decorrer da história e que também ultrapassa o que caracterizamos por limites físicos, a memória é a faculdade responsável por acumular informações e ideias, sendo, portanto, essencial ao ser humano.

Inicialmente, a memória era um território desconhecido no qual os autores começaram a dedicar seus estudos, a fim de defini-la e caracterizá-la. De forma preliminar, podemos dizer que a memória se refere à capacidade mental de armazenamento de informações, já que, para ocorrer a produção de conhecimento, é necessário que haja a memória de um passado reescrito no presente. Portanto, pensando na importância da memória como perpetuação ou até revisão do passado, os historiadores buscam uma teorização conceitual ou, até mesmo, historiográfica do termo.

Desde os primórdios e muito antes de haver investigações que tratassem dessa categoria, a memória já era instrumento de organização no que se refere ao reconhecimento de acontecimentos ocorridos em diferentes épocas na sociedade.

Jacques Le Goff, importante historiador francês, no capítulo “Memória” da obra *Memória e História* (1982), discute largamente noções acerca do tema. Nesse capítulo, o autor afirma que memória é a capacidade mental de armazenamento de informações, sejam de experimentações ou de conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, e de trazer essas

informações à tona quando necessário. Ora, a memória vem sendo um dos elementos fundamentais para a construção do passado histórico, e, segundo Japiassú e Marcondes (2006), “pode ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto com uma capacidade de evocar o passado através do presente” (JAPIASSU E MARCONDES, 2006, p. 183-184). Por isso, é elemento essencial na continuidade da história.

O primeiro domínio no qual se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento – aparentemente histórico – à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem. Assim, partindo da primeira memória nomeada, surge, em meio às definições dessa ampla categoria, a necessidade da existência de uma memória em que o mito se conjectura e entrelaça-se com a história.

Cabe refletirmos também a respeito do conceito de história na esteira de Walter Benjamin (1996) quando, no seu estudo *Sobre o conceito da história*, o autor afirma que, para que ela seja considerada um dispositivo que funcione, é necessário conhecer suas partes e a sua constituição. Há entre o atual e o primitivo um encontro secreto, pois é preciso que exista um passado para que o presente possa existir. Desse modo,

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações e a nossa (BENJAMIN, 1996, p. 223).

A partir desse trecho, podemos refletir acerca da relação da memória com o que nos antecedeu. Antes que houvesse na contemporaneidade figuras compromissadas a ocupar um lugar social ativo e a denunciar injustiças ocorridas no passado, existiram indivíduos vitimados perante a história e que não foram pontuados corretamente dentro das narrativas oficiais. Logo, no contexto de tratar os fatos históricos através do que já ocorreu, o passado se torna parte da história, fazendo emergir um encontro secreto único de gerações. Desse modo, “o passado dirige a história recuperando vozes perdidas nas conjecturas do passado” (BENJAMIN, 1984).

Ora, nada do que aconteceu pode ser desconsiderado para a história. Nada pode perder-se diante do que não pôde e nem foi ouvido em determinada época. Benjamin (1996) declara que a história deve ser ouvida de forma unânime sem que nenhuma voz seja silenciada, silenciamento esse que é fato constante durante todo o percurso histórico. De acordo com Carvalho (2001), os indivíduos intitulados como dominadores perante a historiografia são

sujeitos autoritários que exalavam poder sobre as figuras subalternizadas. É essa voz etnográfica que, segundo o autor, tem se tornado absoluta.

Quando ouvimos a história a partir apenas das vozes que se sobressaíram, corremos o risco de extinguir a parte dos que foram dominados socialmente, os sujeitos subalternizados. É notável, no percurso histórico, que a voz dominante veio tecnicamente daqueles grupos sociais que em algum momento venceram e, além dessa vitória, silenciaram todos os que venceram antes. Isso porque, assim que os vencedores dominam, automaticamente todo o contexto histórico anterior é abandonado, sendo assim excluído e silenciado. Nesse sentido, é necessário que haja uma recontagem articulada da história. Essa recontagem precisa vir de vozes dominadas que foram descartadas durante a homogeneização histórica.

Nesse contexto de resgate de vozes silenciadas, Benjamin (1996) afirma que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi (1996, p. 224)”. Ou seja, há muito mais do que o visível escondido no alinhavo da história, e é o que ainda está invisível nesse tocante que importa neste momento. Nesse sentido, pelas vozes dos “invisíveis da história” podemos obter respostas para os vazios deixados na historiografia. A indagação que surge nesse momento é: de onde podemos obter respostas para preencher esses vazios?

Benjamin (1996) responde ao questionamento afirmando que tais respostas podem ser obtidas através do discurso daqueles sujeitos que foram excluídos da história, por intermédio das adversidades sociais, como a opressão das classes minoritárias. Desse modo, “o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida” (BENJAMIN, 1996, p. 228).

Todavia, por mais que o discurso seja historicamente construído e situado como único, a verdade da história caminha lado a lado com o discurso dos oprimidos, silenciados continuamente pelas mordanças detentoras do poder da fala. Nesse conjunto de verdades guardadas na classe oprimida, a classe escravizada surge como a reivindicadora, que consuma a tarefa de libertação em nome das gerações dominadas nos tempos de outrora. Está com a classe dominada o poder da verdade, até porque “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 2003, p. 427).

Desse modo, de tais sujeitos subalternizados podemos extrair as lacunas em branco da historiografia. Contudo, só há uma forma de estruturar a história e adicionar nela as lacunas ausentes. Assim, por meio da anamnese, ocorre na literatura, sob forma de uma construção ficcional, uma remontagem a períodos históricos necessários para a reconstituição do contexto atual, em que podemos captar a configuração de uma época atual em contato com uma anterior. É na rememoração que o passado é vivido. Portanto, abordar tais vozes silenciadas de forma

memorialística é elementar no percurso no qual pesquisadores e estudiosos procuram encontrar a verdadeira história daqueles que não puderam falar perante as vozes dominadoras. Nesse caso, afirmamos que, para extinguirmos os questionamentos presentes até a contemporaneidade no meio social, recordar é mais que necessário, é preciso.

Jacques Le Goff (1988) discorre, em suas reflexões, sobre a necessidade da existência de um mito presente na sociedade antes da cristalização de uma memória. Para ele, é necessário que esse mito circule em todos os âmbitos da história. Sendo o mito a base para conceitualizar tais memórias, elas se firmam, concretizando-se como fato, algo verídico e, assim, surge a memória. Partindo dessa constatação, a migração do oral para o escrito muito contribuiu para que essa fixação histórica ocorresse de modo a relacionar-se linearmente com elementos essenciais no resgate da memória de vozes subalternizadas. Portanto, é necessário dar continuidade à compreensão de como a memória vem surgindo, como resgate do passado histórico no decorrer dos anos.

Em virtude de nos atermos aos conceitos postulados por Le Goff, em *História e Memória* (1988), importantes no tocante da nossa atual pesquisa, não abrangeremos todas as divisões da categoria postuladas no seu ensaio acima citado. Desse modo, nos deteremos à categoria da memória étnica, da qual eventualmente surge a memória "ideológica". Em tal conceito, a memória ideológica possui a função de “descrever e ordenar os fatos de acordo com certas tradições estabelecidas” (LE GOFF, 1988 p. 427).

De fato, é notório que a memória ideológica seja, dentre as outras ramificações da categoria, a memória não escrita, ou seja, a oralizada. Dessa forma,

Nestas sociedades sem escrita há especialistas da memória, homens-memória: “genealogistas”, guardiões dos códices reais, historiadores da corte, “tradicionalistas”, dos quais Balandier (1974, p.207), diz que são “a memória da sociedade” e que são simultaneamente os depositários da história “objetiva” e da história “ideológica”, [...] Mas também “chefes de família idosos, bardos, sacerdotes”, segundo a lista de Leroi-Gourhan que reconhece a esses personagens “na humanidade tradicional, o importantíssimo papel de manter a coesão do grupo” (LE GOFF, 1988, p. 66).

A transposição da cultura oral para a escrita se constitui como história através das experiências relatadas pelos “homens-memória”, chave fundamental para a memória categorizada por Le Goff como ideológica e étnica, já que parte do pressuposto de um conjunto de ideologias modeladoras no meio social. Os “homens-memória” realizam um trabalho de grande importância no tocante ao resgate memorialista de povos ancestrais que tiveram suas reminiscências retiradas dos códices sociais pela camada de preconceito sempre presente na história da sociedade. A partir do momento que, por meio dessa tradição oral, há um resgate da

história de muitos, a memória étnica realiza uma breve junção entre a memória ideológica e relatos em memória através dos seus “guardiões”, dando continuidade ao processo memorialístico ao realizar o fenômeno de transformar memória em história.

Quando nos referimos à memória como forma de conservação de informações, é necessário que se realize uma conexão entre fatores psíquicos necessários para que o homem atualize informações passadas no campo social e histórico e traga à tona a constituição do discurso histórico. Ao nos voltarmos para o viés da memória étnica com base no desenvolvimento humano, encontramos a presença dos métodos mnemotécnicos de extrema importância para a compreensão de tal categoria, pois é através deles que a memória é educada e exercitada no processo aquisitivo de memórias do indivíduo.

Le Goff (1988) defende que os costumes dos homens com escrita são diferentes dos costumes dos povos sem escrita e, por isso, reserva a designação de memória coletiva para os povos que, durante o processo histórico, não se utilizavam da escrita como elemento fundamental para salvaguardar suas “memórias”, levando em consideração a força e a importância do fenômeno mnemônico, já que se trata inicialmente de um conjunto de técnicas desenvolvidas a fim de fixar, no cérebro humano, recordações e lembranças.

A ideia de memória postulada pelo autor não visa tratar de ruptura e continuidade, visto que a intenção é compreender o surgimento do elemento memórias no campo das ciências sociais. Dessa forma, surge, no campo social, a memória como uma categoria que preza pelo processo histórico.

Como afirma Jacques Le Goff,

O processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios "e os processos de releitura podem fazer intervir centros nervosos muito complexos e uma grande parte do córtex", mas existe “um certo número de centros cerebrais especializados na fixação do percurso mnésico” (LE GOFF *apud* CHANGEUX, 1972, 356).

Assim, no importante processo de revisão de vestígios, através do fenômeno mnemônico, podemos refletir o quão tal releitura torna-se essencial no tocante ao resgate memorialístico. Ora, se pararmos para analisar que é no percurso de fixação de lembranças que os vestígios históricos são organizados nos centros cerebrais, a forma que tal releitura é realizada deve ser totalmente prezada, já que é a memória que servirá de pilar para a continuidade histórica de muitos grupos sociais e étnicos.

Portanto, no campo das ciências humanas, refletindo a partir da realidade de culturas que não se apossaram da escrita – elemento de acúmulo de informações e elementos –, surge

uma categoria nova de memória que possui, em seus elementos de origem, o mito e a história. A memória coletiva aborda uma visão mais voltada para a análise histórica que recorta e coloca em patamares diferentes o presente e passado. Logo, por meio da consciência que possuímos, em detrimento de que a história faça uso da memória para perpetuar-se e ter sua continuidade ao longo do tempo, compreendemos a memória como algo mutável, sempre em processo de modificação.

Le Goff (1988) afirma que, pelo fato de não caminhar lado a lado com a escrita, a memória coletiva torna-se defasada, e os “homens-memória”, responsáveis por levar à contemporaneidade os acontecimentos do seu grupo étnico e social, precisam de algo além da oralidade para deixar historicamente fixados seus relatos. Logo, com a emergência dessa necessidade de comprovação além da oralidade, surge, no percurso histórico, a necessidade da inserção da escrita na memória étnica com o intuito de validar tais acontecimentos, até o momento apenas oralizados, para que, assim, pudessem se tornar uma memória dita e comprovada como verdadeira perante a sociedade.

O autor ainda afirma que, na época áurea das inscrições em pedras e mármore na Grécia e Roma, tal desenvolvimento surge e a escrita passa a ser pensada também como registro memorialístico. A pedra e o mármore deram origem a um novo meio de guardar informações e, assim, passam a ter a função de “arquivos propriamente ditos um caráter de publicidade insistente, apostando na ostentação e na durabilidade dessa memória lapidar e marmórea” (LE GOFF, 1988, p. 432). Salientamos, então, a importância dessa transição do desenvolvimento da memória oral para a memória escrita, pois tais escritos tornam-se registros históricos. Caminhando na esteira de Le Goff, Goody afirma que

Neste tipo de documento a escrita tem duas funções principais: “uma é o armazenamento de informações, que permite comunicar através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro”; a outra, “ao assegurar a passagem da esfera auditiva à visual”, permite “reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas” (GOODY *apud* LE GOFF 1977, p. 78).

Nesse sentido, é através da escrita que a memória oral se torna real e legitima-se diante do meio social, já que a ligação entre a fala e a grafia se transformam profundamente. No entanto, por mais que a passagem da memória oral à memória escrita seja íngreme, muito devemos a essa transição, pois é a partir de tais mudanças que surge a possibilidade de reconstruções da memória, trazendo o que antes estava apenas presente em relatos orais.

A evolução das sociedades na segunda metade do século XX, atrelada às invenções tecnológicas, “clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha”, (LE

GOFF, 1988, p. 476). Independentemente de classe, raça ou gênero, todos lutam pela vida e para que sua história seja contada. Nesse sentido, “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 1988, p. 476), da qual determinados grupos tomam “consciência do seu passado, ou seja, de si mesmos” (LE GOFF, 1988, p. 476).

2.2 Ponderações teóricas sobre memória e identidade social: as discussões de Michael Pollak

Michael Pollak, sociólogo e historiador austríaco, segue com as discussões em torno da categoria memória e, no ensaio *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989), toma como princípio para suas discussões a memória coletiva. O autor assevera que essa categoria trata especificamente da continuidade da história de um povo, de um clã, ou seja, de uma comunidade em que, por meio da conciliação entre a memória coletiva e a memória individual, a coesão de determinados grupos sociais se perpetua de geração em geração. Mas, afinal, o que de fato é memória coletiva e individual? Para chegarmos a tal resposta, é necessário perpassarmos o caminho traçado por Pollak (1989) no referido texto a fim de trazer a compreensão de tais tipos de memórias.

O autor enfatiza, de antemão, que existem condições de seletividade de memórias específicas, para que tais permaneçam no contexto histórico social como memória nacional e oficial, tornando-se, assim, coletiva. Nessa esteira de pensamento, memória coletiva é aquela que se apresenta como seletiva e, portanto, representa a voz dominante, ou seja, o discurso de alguém em específico ou de grupos de pessoas detentoras de poder que falam em nome de uma nação, isto é, da coletividade. Desse modo, na condição do processo de negociação, essa memória é selecionada e perpetua-se. Segundo o autor,

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que as lembranças que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (POLLAK, 1989, p. 02).

Através dessa colocação compreendemos que, para uma memória se tornar coletiva, é necessário que esteja sob uma base igualitária cujos pontos liguem uma memória à outra, solidificando, assim, a sua veracidade. Por meio dessas discussões, Pollak (1989) integra o campo da memória coletiva a uma perspectiva mais voltada ao meio social, com ênfase no

aspecto oral, que constitui a memória como ideia de continuidade e permanência. Além do mais, foi selecionado como ponto de discussão a memória dos excluídos, que foram silenciados de diversas formas ao longo da história. São os excluídos da história, os seus relatos orais, a observação dos fatos relatados por meio da memória que interessam ao sociólogo.

Em contraposição à memória nacional (oficial), surge o interesse pela memória dos que ficaram à margem, das suas histórias e vivências, dos seus pontos de vista acerca de fatos, até então contados apenas pelo prisma do discurso dominante. Nesse sentido, a memória individual torna-se um meio de reivindicar mudanças, problematizações, uma reescrita ou revisão do passado de povos e culturas sob outra perspectiva.

A memória marginal quebra o silêncio dos ditos subalternizados ganhando um fio de voz acompanhado de esperança. Essa, por sua vez, emite o choro de muitos que não puderam falar por si e pelos seus em tempos passados. Os homens-memória, tal como Le Goff conceituou, iniciam uma imersão na luta em busca da quebra do silêncio que tanto perdurou e maltratou esses sujeitos tão injustiçados pela sociedade.

Na contemporaneidade, surgem no campo literário sujeitos intelectuais incumbidos de reivindicar, por meio da produção de narrativas, o lugar de fala de indivíduos injustiçados e retirados da história pelo discurso oficial. Nesse momento, emerge, na literatura contemporânea, a escrita de resgate memorialístico do afrodescendente a partir da perspectiva de Conceição Evaristo. Mulher, duas vezes subalternizada pela história – pela questão de gênero e por ser negra –, a escritora traz em seu aporte literário um trabalho de resgate de vozes ancestrais subalternas. Tal resgate ocorre por meio do recolhimento de história de mulheres negras e acontecimentos vividos por ancestrais. Sua escrita tem por objetivo conceder um lugar de fala a mulheres afrodescendentes que tiveram suas histórias marcadas pelos absurdos vivenciados historicamente pelos seus ancestrais.

A voz presente na literatura evaristiana traz consigo um forte índice de denúncia. Vemos, em toda sua obra, ecoarem vozes de recordação, assim como fala o poema intitulado “Vozes-Mulheres”, que iniciou o presente capítulo. É pelo processo de recordação que surge como forma de resistência uma voz poética forte que não se deixa imobilizar pelo medo. Temos, nas vozes-personagens da autora, vozes insubmissas que, independentemente de sua condição social, são livres.

Ao recolher vozes e acontecimentos vividos pelos ancestrais, como abusos e injustiças, reescritos sob uma nova roupagem, a escritora aborda, sob muitos fatos históricos, a problemática de suas narrativas. Desempenhando um trabalho de revisão histórica, dá voz ao silêncio, que perdurou por séculos, de preconceito estrutural e discriminações. Além do resgate

de vozes ancestrais, a escritora realiza a reivindicação de um lugar de fala anteriormente surrupiado pelo discurso oficial advindo das vozes dominadoras, promovendo, dessa maneira, uma nova perspectiva para o seu grupo social.

São esses sujeitos reivindicadores de um lugar de fala antes nunca proporcionado no meio social, que, no intuito de transmitirem a história do seu povo, ocupam um papel de extrema importância para a manutenção da memória coletiva do grupo social a que pertencem. Nesse campo memorialístico, a vivacidade das lembranças individuais ganha grande participação no que se refere à memória nacional. Afinal, essas lembranças são transmitidas continuamente na historiografia e zelam pela importância do seu lugar na memória coletiva.

Ao nos referirmos à memória coletiva subterrânea e trazermos tal concepção para o viés social, e, especificamente, para a história do afrodescendente, percebemos o quanto da história não foi devidamente contada. Apresentada sempre pelo ponto de vista do branco, o negro não teve espaço para ter sua história contada por si mesmo. Por isso, essas escritas contemporâneas de caráter memorialista adquirem grande importância no campo literário, já que funcionam como meios de quebra das zonas de sombra, de silêncios e dos “não-ditos” da história dos grupos subalternizados.

Para Pollak (1989),

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado (POLLAK, 1989, p. 06).

Assim, a partir das narrativas que se ocupam em dar voz a quem não possuía espaço na história, temos a ideia posta por Pollak (1989): o presente colore e dá vida ao passado. Esse passado, no qual a memória se constitui, salvaguarda “sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes” e “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade” (POLLAK, 1989, p. 06).

Construídas sob essa base comum e alimentando-se de materiais fornecidos pela história, as narrativas atualizadoras e esse conceito de memória caminham, solidificando-se e criando pontos de referência por meio de objetos de memória, os quais, segundo Pollak (1989), são a essência do que de fato fica no subconsciente de indivíduos participantes da história. Tais objetos de memória, como estátuas e inscrições em mármore, surgem da necessidade de haver, dentro da categoria, um suporte para que emoções sejam captadas e reativadas quando os objetos de memória são utilizados.

Por realizarem a função de recordação no meio social, os objetos de memória desempenham papel renovador e fazem com que fatos da memória oficial ou marginal, de uma forma ou de outra, sobrevivam, ancorando-se na história de diferentes formas. Desse modo, de acordo com Pollak (1989),

Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo a forma geral de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas. O passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida (POLLAK, 1989, p. 9-10).

Conforme o autor aponta, a memória, muitas vezes, assume para sua sobrevivência a forma de mito e, dependendo do momento atual vivenciado na sociedade, tal memória silencia-se, resguarda-se. Não podendo ancorar-se na realidade política, ela surge nas entrelinhas da história, nas referências culturais, nas vozes das minorias. Essa ancoragem também funciona como um reservatório, uma caixa de pandora que guarda o passado obscuro pertencente a muitos indivíduos na sociedade e fica adormecida no senso comum, até que se dê a ela voz e vez, tendo, assim, na promessa de futuro, a certeza de uma continuidade da memória.

2.3 A história que sempre foi contada pelo outro: algumas observações

Retornando à primazia da questão que movimenta o presente trabalho, trataremos neste tópico sobre a problemática do lugar de fala dos indivíduos que são o foco na escrita da autora Conceição Evaristo. Nesse momento, voltaremos nossas reflexões ao tratamento das vozes subalternas, tratadas aqui como principais. Mais categoricamente falando, destacaremos o lugar de fala, *locus* social da mulher negra. Afinal de contas, as vozes negras, apesar de submetidas a cinco séculos de exclusão social gerada pela escravidão e por outros fatores sociais, sempre existiram. Mas onde estavam? Estavam elas silenciadas sob quais fatores e perspectivas? Partindo de tais questionamentos, teoricamente propomos uma reflexão sobre o que inicialmente é lugar de fala e onde a voz subalterna de tais grupos sociais estavam, além do porquê de essas vozes terem sido silenciadas no percurso histórico.

Antes de chegarmos ao conceito de lugar de fala, é necessário enfatizarmos que nossa abordagem se condensa no lugar de fala da mulher negra na história. Também é importante lembrar que, desde antes do período escravocrata, a mulher negra já resistia. O problema então foi a falta de visibilidade que sempre existiu desde que a mulher negra resolveu se posicionar perante o discurso social. Alguns teóricos voltam seus estudos para analisarem a forma como a

mulher negra foi silenciada durante a história e de que modo sua voz se manifestou, além de entender como ela ocupa atualmente, na sociedade, um lugar de fala. Para tratar desses temas, usaremos os conceitos de duas grandes estudiosas em épocas diferentes, que acabaram por abordar a mesma temática.

Gayatri Spivak, teórica indiana, trouxe para o campo da pesquisa diversas reflexões sobre o lugar de fala social de classes marginalizadas e publica pela primeira vez, no ano de 1985, uma obra intitulada *Pode o Subalterno falar?* Tal obra é usada até os dias atuais como instrumento teórico em estudos voltados ao lugar de fala feminino, já que a professora faz uma reflexão sobre os grupos subalternos da sociedade, sendo a mulher negra duas vezes subalternizada. Adentrando no trabalho de Spivak (2010), com o intuito de refletir sobre a condição de silenciamento da figura negra na sociedade, faremos um percurso diferente, partindo da conclusão que a autora realiza ao enfatizar que o sujeito subalterno não pode falar no meio social.

A indiana afirma que “o subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à ‘mulher’ como um item respeitoso nas listas de prioridades globais” (SPIVAK, 2010, p.126). Essa afirmação, de que o subalterno não pode falar, mais propriamente a “mulher” (aspas da autora), não quer dizer que ela não fale estritamente, ou seja, que não emita nenhum “som”, mas que, levando para o *locus* social, indivíduos intitulados como dominadores realizam o trabalho de silenciar as vozes femininas, retirando o seu lugar de fala e deixando-as cair no esquecimento histórico.

Acerca dessa forma estrita de silenciamento das vozes subalternas, vem a tratar de forma direta a discussão da escritora, filósofa e ativista Djamila Ribeiro, no seu trabalho intitulado *O que é Lugar de Fala* (2017). Segundo a autora, o debate sobre as histórias de resistências e produções de mulheres negras, desde antes do período escravocrata, sempre existiu, porém o problema seria sua falta de visibilidade. A escritora aborda, com uma linguagem fluida, porém com os devidos cuidados para não cair no simplismo, as principais noções teóricas do que é lugar de fala. Antes de abordar o tema diretamente, faz uma abordagem sobre a figura feminina negra como sendo *O Outro do Outro*.

Nesse sentido, a autora traz a premissa de submissão que os homens sempre procuram em relação às mulheres. Uma relação de pura submissão e dominação. Para trazer essa reflexão, Ribeiro (2017) apresenta a fala da filósofa francesa Simone de Beauvoir em *O segundo sexo* (1949), quando funda a categoria do *Outro* beauvoriano. Sob a perspectiva desse olhar, Djamila explica como essa categoria do *Outro* é antiga. Assim, seu intuito é mostrar como, desde os primórdios e das antigas mitologias, uma divisão sempre existiu ao compararmos, no meio

social, a figura masculina com a feminina, em que o homem fala sempre por ele mesmo e a mulher é definida pela voz de outro. De fato, é importante trazermos tal categoria neste trabalho para mostrarmos que a depreciação da voz e de *locus* social, quando voltada à figura feminina, sempre existiu e de fato foi teoricamente trabalhada.

Para Simone de Beauvoir (1960), a mulher foi constituída como o *Outro* por diversos fatores sociais. Sumariamente, o fator que mais constitui a mulher como figura social silenciada é a ausência de demonstração de como o mundo verdadeiramente é, com todas as suas lacunas, mas também com janelas optativas, escolhas e opções. Desse modo, a mulher é determinada socialmente como um sujeito narrado por outros. Sendo assim, tal explicação da teoria do *outro* beauvoriano existe, segundo Ribeiro (2017), “porque o mundo não é apresentado para as mulheres com todas as possibilidades, sua situação lhe impõe o lugar de *outro*” (RIBEIRO, 2017, p. 23).

Em continuação ao pensamento de Ribeiro (2017), podemos afirmar que, se, para Beauvoir (1960) a mulher é o *Outro*, Ribeiro aponta embasada nessa teoria que a mulher negra pode ser colocada na sociedade como sendo o *Outro do Outro*, já que é duas vezes subalternizada no campo social. Se para a figura feminina já é difícil ocupar um *locus* na sociedade, imaginemos para a mulher negra. Nesse momento, concordamos com Spivak (2010), quando declara que o subalterno não pode falar socialmente.

Com tais fatos apresentados, chegamos a uma premissa de que a mulher negra não teve apenas sua voz silenciada, mas também sua imagem foi apagada ferrenhamente na historiografia. Assim, é a essa invisibilidade que daremos agora ênfase.

Como afirma a filósofa Djamila Ribeiro (2017),

A história tem nos mostrado que a invisibilidade mata, o que Foucault chama de “deixar viver ou deixar morrer”. A reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter a voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida (RIBEIRO, 2017, p. 25).

É pela vida que diversas mulheres negras lutam quando reivindicam um lugar de fala. Se a invisibilidade mata, quantas não foram mortas pela própria história que dá visibilidade à fala do colonizador, deixando de legitimar a fala dos subalternizados? Se a mulher negra é invisível perante a historiografia, é de fato necessário e justo que uma retomada dessa imagem e dessa voz seja feita. Para que isso ocorra, é fundamental que se pense em saídas emancipadoras para que elas possam ter voz.

Nesse sentido, seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, sejam de raça, gênero, classe para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica (RIBEIRO, 2017, p. 26).

Ainda falando sobre a invisibilidade que mata, a fim de finalizar a discussão contextualizando a importância de o subalterno falar, enveredamos a reflexão para o perigo que sempre foi ouvir apenas um lado da história. É comum ouvirmos, no decorrer dos nossos dias, falas sobre a importância de conhecermos as duas partes de um discurso quando nos referimos a situações ocasionadas no meio social. Tal conselho nunca foi levado a sério no meio da historiografia, mais precisamente no quesito figura feminina e negra. Ora, nunca ouvimos sequer ou nos interessamos para ouvir a voz dos subalternos na história.

Sustentados por tal afirmação, partimos para o questionamento: onde estavam as vozes silenciadas até o momento atual? Os subalternos de fato não puderam falar ou suas vozes nunca foram legitimadas? Questionamentos à parte, utilizaremos os estudos aprofundados sobre lugar de fala para podermos compreender onde estavam as vozes dos silenciados, se é que estavam em algum lugar, para, assim, respondermos a tais indagações.

Partindo do conceito de lugar de fala no meio da comunicação, Amaral (2005) define-o como sendo

[...] instrumento teórico – metodológico que cria um ambiente explicativo para evidenciar que os jornais populares ou de referência falam de lugares diferentes e concedem espaços diversos à falas das fontes e dos leitores. [...] o aporte que propomos reconhece as implicações das posições sociais simbólicas do jornal e do leitor e incorpora a noção de mercado de leitores, a partir da ideia de que para explicar o discurso, é preciso conhecer as condições de constituição do grupo no qual ele funciona (AMARAL, 2005, p. 104-105).

Mais além do conceito, no campo da comunicação, é necessário informar que não há uma opinião determinada sobre o termo *lugar de fala*. Segundo Ribeiro (2017), a sua origem é imprecisa. É no seio dos movimentos sociais que tal conceito surge, a partir do questionamento de quem pode falar em sociedade. Se encaixa, nesse momento, o que a filósofa afirma quando diz que, ao falarmos de lugar de fala, não estamos falando de “experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem que esses grupos acessem lugares de cidadania” (RIBEIRO, 2017, p. 61).

Após tais premissas que fazem parte do questionamento sobre lugar de fala e qual é o *locus* social da mulher negra, é de grande necessidade lembrarmos que, quando refletimos sobre

lugar de fala do sujeito feminino afrodescendente, elencamos a noção de que se trata antes de tudo de um lugar reivindicatório único.

O *locus* único adquirido pelo sujeito feminino afrodescendente se dá pela própria construção patriarcal que subalternizou, desde os primórdios historiográficos, esses sujeitos, a ponto de que, mesmo as pessoas negras de classe média, não estejam isentas dos efeitos discriminatórios gerados pela segregação racial. Quando refletimos, neste trabalho, que lugar de fala são reivindicações de um espaço na sociedade para relatar experiências de um determinado grupo social, como, nesse caso, o grupo das mulheres afrodescendentes, apontamos que é um lugar único a partir do momento que uma mulher negra adquire tal lugar de fala em meio à sociedade.

A partir das narrativas de sua vivência, Evaristo faz memória à vivência de suas ancestrais que, talvez de uma forma mais ferrenha, tenham passado pelos mesmos acontecimentos que construíram os espaços de sua vida. O que muda, nesse momento atual, é a forma como a mesma história está sendo contada e de que forma, ao adquirir um lugar de fala, as vozes que antes falavam, mas não eram ouvidas pelo fato de serem vozes não legitimadas, ou seja, não levadas à sério, agora podem possuir mais chances de legitimidade e, assim, adquirirem lugar de fala perante a sociedade.

Ainda levando à frente o pensamento sobre lugar de fala, voltamos a postular as concepções da professora indiana Gayatri Spivak, no seu artigo, publicado inicialmente em 1985, *Pode o Subalterno Falar?* A escritora traz em seu trabalho muitas reflexões relevantes sobre como o silêncio foi imposto de forma majoritária para sujeitos que foram colonizados. Spivak rompe o discurso hegemônico e segue a linha de pensamento de Michel Foucault quando ele pensa sobre a existência de um sistema de poder que invalida saberes produzidos por grupos subalternizados. Assim como Foucault, Spivak (2010) afirma que as massas podem falar por si e, para que essas vozes sejam ouvidas, existe uma interdição.

Nesse sentido, Spivak (2010) acredita que o intelectual desempenha um papel representativo de extrema importância perante os grupos subalternizados, pois se sobressai do grupo subalterno pertencente ao adquirir o poder de articular seus pensamentos e, assim, levá-lo ao meio social de forma que tal pensamento se torne audível. Segundo Spivak (2010), os intelectuais, por ganharem liberdade através da articulação dos seus pensamentos, “tornam-se transparentes nessa ‘corrida de revezamento’, pois eles simplesmente fazem uma declaração sobre o sujeito não representado e analisam o funcionamento do poder e desejo (SPIVAK, 2010, p. 44).

Diante de tais afirmações, trago o questionamento de Ribeiro (2017), “Mas, quem poderia falar então?”. Spivak (2010), nos dizia que

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher-negra, pobre” como um item respeitoso na lista de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio (SPIVAK, 2010, p. 126).

A partir da reflexão da professora indiana, é pertinente falarmos da afirmação de que, perante o meio social, os grupos subalternos não têm voz, visto que estão em um lugar onde suas vivências humanas ainda não importam. Ao mesmo tempo que surge no discurso tal afirmação, aparece também a predominância e a necessidade da compreensão da tarefa da figura do intelectual, principalmente para a mulher. O ouvir nesse momento da história destaca-se do normalizado não ouvir.

Visando compreender o silêncio dos lugares de fala, refletimos sobre quais foram os sujeitos autorizados a falar em meio ao projeto de colonização no qual nossa história se construiu. Surge o questionamento: tais vozes subalternizadas nunca falaram ou nunca foram ouvidas? Para responder a esse questionamento, usamos o discurso da ativista dos direitos femininos Grada Kilomba, utilizado em um evento no ano de 2012.

No discurso, a ativista revela o porquê de as vozes femininas negras nunca serem ouvidas em seu percurso social e histórico:

O que poderia dizer o sujeito negro se sua boca não fosse selada? E o que o sujeito branco deveria ouvir? Há um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, o colonizador terá que escutar. Ele/ela seria forçado a um confronto desconfortável com as verdades dos “Outros”. Verdades que foram negadas, reprimidas e mantidas em silêncio, como segredos. Eu gosto dessa frase “quieto na medida em que é forçado a”. Essa é uma expressão das pessoas da Diáspora africana que anuncia como alguém está prestes a revelar o que se supõe ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo (KILOMBA, 2012, p. 20).

Kilomba relembra, por meio do seu discurso, a representativa imagem da escrava Anastácia, e, através dela, levanta um questionamento do porquê a boca do sujeito negro deve ser presa. Ora, o colonizador nunca quis ouvir a voz subalterna por conta do incômodo em ouvir as denúncias que essas vozes têm a fazer, como a escravidão e o racismo. Quando se rompe a voz única da história, conflitos e incômodos surgem e, com eles, uma história contada pela voz do outro, do colonizador.

Quando o silêncio dos subalternos se rompe, emergem na história vozes que denunciam e relatam os absurdos vividos pelo seu povo ancestral. Como afirma Ribeiro (2017), logo que se rompe o silêncio, as vozes dos vencidos falam por eles mesmos. Assim,

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experimentar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experimentar o lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos. Estamos dizendo, principalmente, que queremos e reivindicamos que a história sobre a escravidão no Brasil seja contada por nossas perspectivas também e não somente pela perspectiva de quem venceu, para parafrasear Walter Benjamin, em Teses sobre o conceito de história (RIBEIRO, 2017, p. 47).

Nesse momento de quebra de silêncio e rompimento do sistema que inviabiliza a narrativa dos subalternos, compreender a importância dos sujeitos que são, nesse novo alvorecer de *locus* social, interlocutores de tais vozes é de suma importância, afinal, quem seriam essas figuras representativas de vozes ancestrais e denunciadoras de acontecimentos históricos? Gayatri Spivak já afirmava que tal lugar de denúncia e fala é possível através da existência na sociedade de sujeitos intelectuais.

É sobre uma mulher intelectual que usa sua escrita para abordar temáticas de denúncia das mulheres afrodescendentes que temos o intuito de abordar neste trabalho. Portanto, é sobre ela que falaremos a partir deste ponto e, nos detalhes, mostraremos a forma de resgate histórico e denúncia social que a mulher, negra e escritora Conceição Evaristo realiza em dois contos da obra *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2016).

3 A MEMÓRIA ENQUANTO RESISTÊNCIA EM *INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE MULHERES*

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela*

*A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue e fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.*

Conceição Evaristo

Desde o final do século XVIII, as mulheres vêm aos poucos adentrando no universo da escrita com o intuito de trazer, em contraponto ao discurso oficial, uma história que nunca foi vista como importante ou nem sequer ouvida. Essa história teria como missão trazer, de forma igualitária, o sujeito feminino, o qual por muito tempo foi escondido nos percalços da historiografia no discurso patriarcal.

Na contemporaneidade, escritoras procuram, através da sua produção literária, resgatar memórias advindas do seu clã social as quais, por muitos séculos, foram ocultadas no discurso dominador. Por meio da memória advinda das próprias experiências pessoais, as escritoras dedicam sua produção a encontrar respostas que por tanto tempo foram negadas e, em suas vozes narrativas, a recordar a história de outras mulheres. Todavia, qualquer produção existente no campo literário é comumente resultado de processos históricos e acontecimentos sociais.

De uma família humilde do subúrbio de Minas Gerais, segunda filha de quatro ao todo, Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em Belo Horizonte no ano de 1946. De origem humilde, a hoje professora e escritora estudou toda sua vida escolar em escolas públicas da periferia de Minas Gerais. Crescendo desde sempre em meio a uma disparidade e *apartheid* geográfico, desde seus primeiros anos de vida, a autora encontrou, pelo seu percurso, desigualdades relacionadas a sua raça e classe social e, desde cedo, fez parte da composição de porões e becos².

Sempre acompanhada pelo preconceito estrutural, a autora declara que, na escola, o racismo foi cruel desde os primeiros anos de sua jornada de vida. Segundo ela, em entrevista ao site da rede TV Aparecida³, no mês de outubro do ano de 2020,

A escola era uma escola de dois andares. Na parte de cima, ficavam as classes que recebiam medalhas, as classes de maior desenvolvimento, as crianças que não repetiam a série, melhores alunos. Nas salas de baixo, era o porão da escola. Essas salas fisicamente, eram mais abafadas apesar dos janelões que davam para a rua. O porão, nunca é o lugar mais confortável de uma construção. Nas salas superiores e arejadas, “coincidentemente” estavam os meninos brancos, impecáveis que recebiam medalhas, às crianças que quando tinha coroação de Nossa Senhora se vestiam de anjos e colocavam sua coroa. Era na parte de baixo, no porão, que ficavam as crianças negras, semelhantes a mim e aos meus irmãos (EVARISTO, 2020).

Por esse trecho da entrevista, podemos refletir sobre a condição de Conceição Evaristo na sociedade como uma mulher marginalizada que, desde muito cedo, teve sua vida assinalada por racismo e pelo preconceito estrutural, os quais vem marcando ferrenhamente a sociedade. Vemos, na história de Evaristo, ecoar as narrativas de muitas outras mulheres que, apesar de sua luta diária para se destacar no meio social e intelectual, são jogadas em porões para, assim, serem esquecidas.

Rodeada de familiares que deixavam a história de seus ancestrais viva de geração em geração, através da oralidade, desde cedo a escritora se afeiçoou pelo mundo das letras e optou

²² Informações biográficas retiradas do portal digital de literatura afro-brasileira “Litera Afro”. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>

³ Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9POX2gtfmFI>

por transformar o rumo de sua vida tomando, como arma de mudança, a escrita. Migrando para o Rio de Janeiro na década de 1970, graduou-se em Letras pela UFRJ e recebeu os títulos de Mestre em Literatura Brasileira pela PUC / Rio de Janeiro e Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense. Estreia na literatura em 1990, emergindo na poesia e prosa. Sua escrita tem o compromisso de enaltecer a figura feminina negra baseada em um realismo poético de indivíduos que moram nos subúrbios das periferias.

Abordagens como racismo e sexismo são comuns em suas obras, portanto a escritora conduz, em seu aporte literário, um imbricamento entre passado e presente em que histórias reais confundem-se com a ficção. Nelas, a mulher é protagonista e símbolo de resistência. Observando por tal viés de construção de escrita, é necessário que afirmemos e analisemos quais elementos fazem parte da literatura evaristiana, já que seus textos são identificados como uma literatura de resistência por ser utilizada no campo literário como arma denunciativa de problemas sociais vividos pelos negros no passado histórico.

A forma de escrita de resistência da autora afrodescendente aborda uma nova forma literária: a literatura de denúncia e resistência. Essa forma de produção foge do modo que se encaixava até no final do século XIX, em que, ao ganhar um minúsculo espaço no campo literário, a mulher escritora, como afirma Tedeschi (2013, p. 158), “[...] podia escrever desde que os seus escritos não ferissem a moral e os bons costumes”. Ou seja, ao se inserir na escrita, a mulher não podia escrever sobre o mundo, mas apenas sobre fatores que permeavam a imagem da boa dona do lar.

Partindo das mudanças de contexto na qual foi criada, sendo autodeclarada afrodescendente, Evaristo permite que, em sua produção, vaze sua voz pessoal. Essa voz é fomentada na memória do seu povo ancestral e no resgate das memórias orais dos que a antecederam. Segundo a autora, em *Poemas Malungos – Cânticos Irmãos*,

A poesia é uma viagem regressiva que o poeta exercita no tempo, mas também a conjugação do presente, a fala do cotidiano, a marcação do aqui e do agora, lugar de sonhar, de planejar o futuro. É a sua ferramenta para soldar o elo da corrente rompida. É o exercício rememorativo que leva o poeta a querer retornar ao útero materno, lugar de necessário regresso, para que ele possa ser, ter-se, ver-se, dizer-se por inteiro (EVARISTO, 2011, p. 23).

Ao retornar ao seio materno de sua ancestralidade através da escrita, a autora recria uma África corporificada na ficção. Com essa recriação, é realizado no texto, como elemento memorialístico, o traçado de um caminho de volta à África e, dessa vez, sob um novo prisma

reflexivo. A voz que emana não é a do traficante branco, mas a que emerge dos porões dos navios.

A filósofa contemporânea Djamila Ribeiro discorre, em sua obra *O que é lugar de fala* (2017), sobre a problemática dos lugares de fala sociais silenciados pela voz dominante no percurso histórico. Nesta obra, a autora relata sobre a voz do “outro”, a qual sempre fala pelas vozes dominadas marginalizadas, e explica como as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos étnicos e sociais, tidos como subalternos, tenham direito à fala e à humanidade.

Para Ribeiro (2017), a retomada de voz *locus social*, quando referenciada a resgate de memórias, é realizada pelo próprio sujeito enquanto detentor de sua própria voz. É interessante, nesse momento de retomada, lembrarmos do caminho percorrido pela mulher e os desafios da escrita feminina quando nos referimos à história das mulheres. Pensando desse modo, é necessário afirmar que um dos elementos mais caracterizadores da escrita de Conceição Evaristo, como o do resgate de memórias como forma resistência, é a explicação de que, nas suas obras, o próprio sujeito afrodescendente fala por si mesmo.

Nessa escrita de resgate analisada no presente trabalho, o lugar que naturalmente é imposto ao sujeito feminino como do “outro” é retomado com toda a força denunciadora social, capaz de cumprir, assim, seu papel de expurgação dos males anteriormente sofridos pelo sujeito ancestral. Esculpida na ambiência onde resistir fazia parte do ato de existir, Conceição traz, em sua produção literária, como elemento modificante, um padrão estético destoante das outras formas de fazer literatura. Encaixada na contemporaneidade e no espaço dado à literatura como marginal, sua forma de escrever difere-se das correntes que chamamos de clássica até entre as mais contemporâneas, possuindo, como conseguinte, um elemento chave que a caracteriza como forma de resistência.

A produção literária da autora se opõe ao discurso oficial, não fazendo questão de acalantar a casa grande, marcante característica das produções literárias passadas. Como enfatiza Evaristo, “a palavra tem a força de fazer acontecer, sendo premonitória, inclusive. (EVARISTO, 2011, p. 10)”. Desse modo, a autora utiliza, na força do dizer, as experiências do seu grupo étnico, e o objeto utilizado como quebra de paradigma na sua produção poética transgressora é a denúncia como forma de resistência e de luta.

Assim como obras presentes no cânone da literatura brasileira, existem obras que não foram esquecidas por possuírem, nas suas narrativas, marcas determinantes do contexto histórico no qual foi produzido. Assim, a literatura de resistência é ressignificada na contemporaneidade também através do contexto social. Priorizando no presente trabalho o

modo específico de criação de Conceição Evaristo, é necessário atribuímos a sua produção a própria condição periférica e marginalizada e a disparidade social em que a autora nasceu e cresceu.

As travessias dos períodos só podem ser revividas em épocas diferentes por meio do que o ser humano há muito tenta uniformizar e caracterizar como o processo da memória. Para embasar tal importância, retomamos o pensamento de Jacques Le Goff (1988 *apud* Changeux, 1972), quando afirma que é pelo processo da memória que podemos fundamentar a afirmação de que o que hoje é revivido por meio de vestígios do que já ocorreu anteriormente em algum momento da história.

3.1 Maria do Rosário Imaculada dos Santos e o resgate de vozes irmãs

Os contos que passamos a analisar no presente trabalho estão inseridos na obra *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, publicada pela primeira vez no ano de 2011. Nesta coletânea, a técnica literária de Evaristo toca no que de fato é essencial, unindo fortes narrativas de mulheres, nesse caso, mulheres negras. Deparamo-nos com uma narradora que visita cidades em busca de histórias e encontra-se com figuras femininas que aceitam relatar as suas experiências de vida. É sob a experiência de vozes femininas afrodescendentes que se recordam vozes irmãs, memórias de mulheres ancestrais, vindas de um tempo longínquo, que trazem, por meio de suas experiências pessoais, outra maneira de contar a história.

Para caracterizar a obra, a própria autora esclarece:

Eu queria escrever histórias de mulheres, mas não deixando minhas parentas sucumbirem à morte. Não as deixaria se degradarem na fome e no desamparo. Passariam por tudo, mas recuperariam a vida [...]. Queria escrever sobre mulheres vitoriosas, insubmissas ao destino (EVARISTO, 2014, p. 32).

O som das vozes das narradoras-personagens da obra são vozes altivas que, apesar de serem irmanadas na dor e no sofrimento, ressignificam sua história através de elementos constituídos pela luta e insubmissão. Das 13 vozes que constituem a obra, duas foram escolhidas para nossa análise. Trazendo em suas palavras diversas memórias ancestrais, as mulheres responsáveis por narrar as histórias extravasam, em sua própria fala, a trajetória percorrida pelas suas ancestrais e configuram nos seus relatos pessoais a história da coletividade.

Passemos a descortinar como as protagonistas dos contos abordados, por meio da rememoração de fatos do passado afrodescendente, elaboram um discurso de denúncia contra o preconceito e a discriminação, assim como de resistência.

O quinto conto da obra, intitulado “Maria do Rosário Imaculada dos Santos”, narra a trajetória de uma menina que, aos sete anos de idade, foi raptada e retirada de seu local de origem por pessoas desconhecidas. A história conta que, em um dia comum, estando a família reunida do lado de fora da casa, chega, nas paragens, um casal desconhecido dirigindo um automóvel. A princípio, quando a narrativa mostra o estranhamento pela chegada de tal casal, é perceptível a inocência daqueles sujeitos ao se depararem com a aproximação de um automóvel, ou seja, da modernidade.

Pilotando o automóvel, encontrava-se um casal, que, depois de algumas poucas palavras, ofereceram às crianças um passeio, caso os adultos permitissem. Com a permissão dos adultos, Maria do Rosário, seus irmãos e primos, de dois em dois, iniciam seu passeio de jipe. Na última leva de crianças ao passeio, restando apenas Maria do Rosário e um de seus irmãos, a menina é levada noite adentro por uma desconhecida estrada e, quando chega a determinado ponto, seu irmão é lançado fora do carro e deixado à beira de estrada. O casal de desconhecidos segue viagem apenas com a menina, a qual, com o passar dos dias, compreende que não se tratava de um passeio, pois havia sido roubada de sua família.

Por muitos anos, a personagem conta que viveu com o casal que lhe roubou de sua família e, após uma abrupta separação deles, é descartada e passa a viver com uma prima do casal. Com regras de convivência rígidas e um comportamento diferente do que tinha na casa do casal, a já adolescente Maria do Rosário é encarregada de realizar todos os trabalhos domésticos da casa. Sem nunca se esquecer do seu lugar de origem, porém sempre acompanhada do medo de retornar, a personagem narra que, do trabalho doméstico, fez seu ganha pão e, quando a liberdade lhe foi concedida, continuou sobrevivendo como empregada doméstica.

O desfecho da narrativa é entregue ao leitor, quando, depois de longos anos de história contada, a personagem narra seu retorno para seu lugar de origem e o encontro com a família. Transgredindo os limites interpretativos e recordativos, o texto nos dá uma grande extensão de sentidos em seus detalhes, proporcionando, no próprio movimento textual, comportamentos mnemônicos que dialogam com a história da diáspora brasileira, sendo assim possível a realização do resgate memorialístico de resistência das mulheres afrodescendentes.

Tal diálogo ocorre em vários momentos, apresentando na narrativa elementos textuais que realizam uma alegoria ao passado. Sempre há um elemento, como o jipe, que recorda

mnemonicamente os navios negreiros no tempo da escravidão, ou a condição de vida doméstica que a personagem levou após ser roubada de sua família, a qual caracteriza o cotidiano das mulheres escravas na época dos engenhos de cana-de-açúcar no Brasil colonial.

Maria do Rosário Imaculada dos Santos, a mulher que possuía o nome da mãe do Salvador, inicia a contagem da sua história a partir de uma simples abordagem que a narradora entrevistadora realiza. Desde o início da narrativa, a protagonista demonstra a sua insatisfação por possuir o nome de uma santa mulher, deixando claro, na sua fala, que a escolha veio do catolicismo exagerado advindo das mulheres de sua família. Ela declara:

De Imaculada nada tenho – começou assim a conversa de Maria do Rosário comigo – , mas não me sinto a primeira e nem a última das pecadoras, mesmo porque eu não acredito em pecados – continuou. Esse nome de santa mulher foi invenção do catolicismo exagerado de minha família (...). E me fizeram carregar o peso dessa feminina santidade em meu nome, finalizada por “Santos” generalizados e não identificáveis. Segundo uma das minhas primas, que recentemente reencontrei, a Terezinha de Jesus dos Santos, filha da minha tia, Rita de Cássia, o meu nome original seria “Maria do Rosário Imaculada das Graças Conceição dos Santos”. O padre, menos fiel à fé mariana, foi quem achou exagerado o sentido fervoroso de meu nome e não permitiu. Tenho fé em minha protetora, a “Maria”, mulher de fibra, que suportou ser a mãe do Salvador. A ela dou o meu voto, o de crença, não o de castidade... E a outros santos e santas também... (EVARISTO, 2016, p. 43).

Refletindo historicamente, ao nos depararmos com tal informação no texto, somos levados à recordação da história do nosso país em tempos de colonização, quando conjecturamos os acontecimentos que precederam a chegada dos africanos nas terras brasileiras. No que diz respeito à história dos ancestrais, para estruturar nosso pensamento, caminhamos na esteira de Vasconcelos (2005, p. 35), quando afirma que “milhões de homens e mulheres foram barbaramente escravizados e sumariamente introduzidos no cristianismo e no projeto colonial europeu”.

Assim, Maria do Rosário mostra-se contrária à fé católica e a todo o devotismo que a ela foi empregado através do “santo nome”. Presenciamos uma tênue linha na qual transparece o que chamamos da recordação à história da coletividade. No *corpus* do conto, foi observado, por meio da análise das categorias memória e resistência, que não somente no nome de Maria do Rosário o catolicismo exacerbado esteve presente. Rosário afirma que uma prima também tem nome de santa.

Desse modo, através de rastros-resíduos trazidos à narrativa pela fala da personagem, recordamos o catolicismo imposto aos negros na época da colonização. Ao atracarem em terras brasileiras, eles tinham que automaticamente esquecer quem eram, de onde vinham e quais entidades cultuavam.

O discurso da personagem faz-se de resistência, pois é perceptível, por meio das palavras afiadas, o quanto é insubmissa a dogmas que se fizeram/fazem presentes em sua trajetória de vida. Desse modo, por palavras que possuem caráter de resistência – como quando a personagem relata crer em Maria, figura forte que aceitou ser mãe do Salvador e não por todas as devoções que a ela foram impostas pelo peso da religião –, percebemos o quanto sua admiração advém da imagem sagrada feminina, pura e sem doutrina alguma.

Outro ponto sobre o qual cabe refletirmos refere-se ao momento crítico da infância da personagem em que tudo se modificou. Maria do Rosário narra o ambiente em que nasceu:

Era uma construção pequena, mas abrigava muitos. Meus avós paternos, duas tias solteiras, um tio solteiro, dois meninos filhos desse tio solteiro, que meus avós ajudavam a criar, meus pais, eu e mais dois irmãos. Mais adiante, no mesmo terreiro, em outras casas também pequenas, moravam mais tios e tias, primos e primas crianças, uma bisavó materna e mais algumas pessoas, que eu nunca soube precisar o grau de parentesco sanguíneo entre nós (EVARISTO, 2016, p. 44).

O local de origem da personagem, por meio de suas semelhanças sígnicas, recorda uma aldeia africana, organizada em grupos familiares, onde passavam seus dias cultivando a terra e vivendo de forma natural e ordeira, sempre ao redor de uma matriarca – principal elo de união de todo o clã familiar. Tal matriarca, na narrativa, é recordada através da figura da bisavó materna de Maria do Rosário, a qual, com minúsculos vestígios, vai mostrando em sua história pontos memorialísticos e algo que, intrinsecamente, enaltece a importância de uma matriarca, ou seja, da figura feminina para o suporte familiar e para transmissão da história de seu povo, já que nesse cenário prevalece a memória oral passada de geração em geração. Historicamente, a memória coletiva era passada, nas tribos africanas, através dos Griôs, anciãos detentores de toda memória ancestral. Tendo o foco narrativo voltado ao resgate da memória desses anciãos, recordamos o antigo costume das antigas aldeias africanas da vida em coletividade. Por conseguinte, também rememoramos a figura das sábias Griôs cuja função era passar para as gerações, os costumes que caracterizavam a cultura do seu povo. Assim, a função de unir a coletividade era dada historicamente à figura feminina mais velha da tribo.

A mulher protagonista do conto pode ser vista como uma sábia, pois realiza um resgate de memórias ancestrais sob uma nova aparência narrativa. A questão do tráfico negreiro aparece metaforizada no enredo. Eis, como a história é recontada no conto:

Um jipe e um casal estrangeiro (depois, com o tempo, descobri, eram pessoas do sul do Brasil) em nossas paragens. Pararam em nossa porta, desceram, conversaram conosco e ofereceram aos grandes, caso eles permitissem, um passeio com a criançada. Foi permitido. [...] subimos contentes e o carro, aos poucos, foi ganhando

distância, distância, distância.... Aflitos e temerosos, pois começava a escurecer, pedimos ao moço e à moça para fazer o caminho de volta. Eles apenas sorriram e continuaram adiante (EVARISTO, 2016, p. 45).

Na narrativa, o roubo do povo negro é rememorado por um elemento advindo de uma nova era, o automóvel. Nesse trecho, o automóvel faz uma alegoria à modernidade, que, por sua vez, recorda a história. É inevitável não recordar, nesse momento, a chegada da civilização europeia junto com os colonizadores em terras africanas. De fato, o jipe, nessa nova abordagem, é o fator que resgata a lembrança do navio negreiro a um continente até então desconhecido. A intenção dos inocentes era o acolhimento, enquanto a dos europeus era enganar os africanos e levá-los para longe em benefício próprio.

Assomamos também, nesse momento da leitura, às táticas que os homens brancos utilizavam para ludibriar os africanos, vítimas notórias da maldade daqueles que chegaram nas paragens do continente africano, em busca de escravos para o trabalho pesado nos engenhos de cana-de-açúcar das novas terras pós-colonizadas. O jipe metaforiza os navios os quais, logo depois, receberam a nomenclatura de navios negreiros pelo peso de sofrimento e banzo que traficavam das aldeias africanas até o Brasil colônia. Quantos homens, mulheres e crianças foram raptados pelos portugueses, retirados do seio materno para serem submetidos a absurdos historicamente narrados.

Sem justificativa alguma, privados de sua liberdade, os negros foram enganados. Na narrativa de Maria do Rosário, percebemos que algo está fora dos padrões do que normalmente chamamos de humanidade, ao nos depararmos com o momento do “sorriram e continuaram adiante”. Nesse momento, tanto a personagem como o leitor percebem que as inocentes crianças foram enganadas brutalmente, como muitos dos seus ancestrais. A distância estabelecida da sua terra natal por caminhos desconhecidos torna-se, na narrativa, uma alegoria à distância tomada por navios negreiros ao longo dos dias de viagens ao mar.

As dores e traumas psicológicos estiveram sempre presentes na história dos negros no período escravocrata. Prova histórica de tal afirmativa era a violência simbólica que tais sujeitos eram obrigados a vivenciar antes de serem deportados à força de seu lugar de origem. Lizalde (1999, p. 54) discorre acerca de como a prática da “árvore do esquecimento” marcava o momento em que os escravos estavam para ser deportados do seu lugar de origem, uma vez que, com a ênfase dos colonizadores de que seria a última vez que os africanos veriam sua terra natal e, a partir daquele momento deveriam esquecê-la, a tortura psicológica surgia na história dos negros e não tinha previsão para seu término. Então,

Conocimos el Camino del Esclavo, un trayecto recuperado en Ouidah, lugar de la costa donde embarcaban a sus presas los barcos negreros de los portugueses, ingleses y otros pueblos “civilizados” para llevarlos rumbo a América y Europa y vender a los que sobrevivían al sufrimiento del viaje y a los malos tratos. En el pueblo, antes de llegar a la playa, hay un gran árbol que es llamado el “árbol del olvido”, alrededor del cual hacían dar tres vueltas a los esclavos y 51 les recalcan que sería la última vez que pisaban su tierra a la cual debían olvidar para siempre (LIZALDE, 1999, p. 54, *aspas no original*).⁴

A protagonista, por meio de rememoração de fatos, elabora um discurso denunciador do passado do povo negro, quando, sob o uso de novos signos linguísticos, expõe os traumas com que se deparou na casa do casal que a roubou de seus pais. A ainda menina Maria sofreu torturas psicológicas e simbólicas a partir de seu rapto, mas sua vida foi marcada por outros não menos dolorosos. Como narra, “Durante anos, vivi com o casal que me roubou de minha família, em uma casa grande, que parecia uma fazenda” (EVARISTO, 2016, p. 46).

Essa parte da história de Maria do Rosário recorda a mesma ambiência do período histórico. Ora, era para as fazendas de engenho de cana-de-açúcar, onde os escravizados eram obrigados ao trabalho árduo de até 18 horas diárias, que eram trazidos após passarem pela brutalidade do mercado de escravos. A narradora é bem esclarecida ao caracterizar o lugar para onde foi levada após seu rapto, uma casa grande em que, na história, as negras eram responsáveis por todo o trabalho pesado, mesma situação que sustentou as grandes casas dos senhores de engenho, já que era de mãos de mulheres negras que advinha toda a manutenção da casa grande. Eram as escravas negras que cuidavam da limpeza, da comida, da sustentação da casa e dos filhos das sinhás.

Textos disponibilizados pela Biblioteca Nacional discorrem que “a vida dos escravos em nosso país não se resumia à mera condição de força de trabalho, de instrumento passivo dos grupos dominantes, supostamente os únicos agentes da história” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 11). Nesse contexto, com a imposição dos sofrimentos, os negros, no percurso escravocrata, encontraram táticas para a não aceitação à realidade determinada aos mesmos, elaborando assim um discurso de resistência. Em muitos momentos, uma figura negra só é posta no discurso oficial por destacar-se de alguma maneira. Salienta-se ainda que, na maioria das vezes descrito como desobediência, é vista como resistência aos castigos impostos pelos colonizadores.

⁴ Visitamos o Caminho dos Escravos, rota recuperada em Ouidah, local do litoral onde os navios negreiros de portugueses, ingleses e outros povos “civilizados” embarcaram suas presas para levá-los à América e Europa e vender aos que sobreviveram ao sofrimento a viagem e os maus-tratos. Na vila, antes de chegar à praia, existe uma grande árvore que se chama “árvore do esquecimento”, em torno da qual fizeram os escravos circular em três vezes e 51 enfatizaram que seria a última vez que pisariam em suas terras que eles deveriam esquecer para sempre.19 (LIZALDE, 1999, p. 54, lâminas não originais).

Na impassividade às brutalidades impostas na diáspora africana, mulheres se destacam como protagonistas na luta pela liberdade. Logo, a resistência está atrelada à figura feminina negra em muitos nomes e relatos. Foi através da resistência que, historicamente, as mulheres não ficaram totalmente encobertas. Dandara dos Palmares, grande nome presente na história, foi eternizada pela sua subversão aos senhores brancos, optando pela própria morte ao se jogar de uma pedreira do que ao retorno à sua condição escrava. Ainda que a história a tenha silenciado por uma máscara de ferro, escrava Anastácia é relatada em documentos históricos como a mulher responsável por facilitar a fuga de vários escravos quando eram castigados.

Na história de Maria do Rosário, a resistência também é retratada de muitas formas. Um dos momentos em que, no texto, sentimos a resistência advinda de Maria é a forma como guarda dentro de si os rastros de sua terra de origem, nunca se esquecendo de onde veio e vivendo sua vida com a intenção de regressar. Na história ancestral, os africanos resistiam nunca abandonando as memórias de sua terra mãe e resguardando tais memórias através da oralidade. No conto, a mesma história é revivida através da oralidade, porém de forma ressignificada:

Eu tinha um desejo enorme de falar de minha terra, de minha casa primeira, de meus pais, de minha família, de minha vida e nunca pude. Para eles era como se eu tivesse nascido a partir dali. Todas as noites, antes do sono me pegar, eu mesma me contava as minhas histórias, as histórias de minha gente (EVARISTO, 2016, p. 47).

A forma como tais signos são postos na narrativa dão outro modo de significação a uma história já contada sob outras percepções e experiências. Ora, quando vemos no texto a personagem contar sua própria história para não a esquecer, recordamos a história dos negros que, ocultamente, contavam e recontavam as histórias de seu lugar para que o esquecimento nunca viesse ocorrer e a fim de que a história fosse passada de geração em geração, já que uma das formas de resistência do povo africano era nunca esquecer sua origem.

Tendo em vista a configuração do discurso de resistência presente na voz narrativa, somos capazes de anexar tal parte da história à mesma estratégia de sobrevivência criada pelos ancestrais que escolhiam o silêncio exterior como forma de resignação, escolhendo práticas de resistência para não se subordinarem à figura dominadora. Assim, se por falta de ajuda não havia reivindicação dos seus direitos humanos, o escravo utilizava outros métodos para guardar sua história e sua dignidade.

A história oficial diz que os cativos capturados, após sua chegada à colônia brasileira, recebiam alguns cuidados, eram lapidados para se tornar uma mercadoria mais valiosa. Vemos a mesma história se repetir na voz de Maria do Rosário, pois a menina, antes de ser apresentada

ao trabalho doméstico, passa uma temporada de quase oito anos sendo alfabetizada, podada e aprendendo a “controlar suas emoções” para que, assim, na sua segunda paragem pós-rapto, possa conhecer o trabalho pesado e os duros baques da vida do mesmo modo que seus ancestrais.

Depois de anos após o seu rapto, Maria do Rosário havia sido podada. A memória mais uma vez reverbera a história colonizadora, já que, como afirmam Oliva e Pereira (2017 *apud* VASCONCELOS, 2005, p. 38), “Séculos depois, é como se tivesse se unido aos seus pares que, no quarto ciclo da escravidão, vieram da África para os trabalhos domésticos nos centros urbanos”. Mais uma vez, a história reflete nos disfarces sógnicos realizados nessa literatura atualizante:

Eu trabalhava imensamente, aprendi a cozinhar, a passar e a cuidar de crianças [...]. Recebi ordens para não gastar luz e não me distrair no trabalho. Aguentei esse inferno durante sete anos e só tinha um objetivo: o de juntar dinheiro e voltar para Flor de Mim. Mas o tempo foi passando. Dali, saí para outra casa e mais casas (EVARISTO, 2016, p. 50-51).

Advindo do protagonismo, surgem, por meio de um discurso de resistência, indivíduos os quais, não temendo opressões, tomam em mãos sua própria história e a contam através de uma segunda vertente com base no indivíduo vivenciador dos fatos, narrando sua própria história. Esse acontecimento altera o horizonte histórico e atualiza o discurso que há muitos anos já vinha trazendo a reflexão sobre quais sujeitos poderiam falar perante a história. Desse modo, tal acontecimento modifica a resposta que Spivak (1985), afirmando que o subalterno não pode falar. As vozes da contemporaneidade, assim, tornam-se altivas e reivindicam um lugar de fala na história social.

Ao mostrar sua própria perspectiva e utilizar suas próprias denúncias, tais sujeitos exibem uma história que nunca havia sido contada pela voz detentora de todas as brutalidades impostas na época escravocrata. Ocupando um novo espaço na história social, a configuração da história até o momento considerada oficial é modificada e dá espaço a sujeitos insubmissos que, descontentes com o destino imposto, trazem na narrativa de suas dores um elemento inovador capaz de modificar a cultura da submissão que perdurou mais de três séculos da história do Brasil.

Através da rememoração como forma de denúncia e resistência, as vozes denunciadoras surgem no campo literário, protagonizando histórias que, na leitura de algumas obras do cânone, só poderiam ser encontradas na cozinha ou sendo ama de leite dos brancos. Nesse novo *corpus* do texto produzido com caráter expositivo de quebra de silêncio e preconceito, o sujeito

subalterno surge e reivindica que os sofrimentos e brutalidades vivenciados por seus ancestrais devem sempre ser lembrados para que, assim, tais absurdos jamais possam ocorrer novamente. Diferente da figura submissa encontrada nas obras do século XVIII, a voz desse novo *corpus* reivindica seu lugar de fala e faz questão de ser ouvida.

Dentro da classificação das vozes insubmissas identificamos Maria do Rosário. Na sua narrativa, ela faz questão de observar sua história sob a ótica da coletividade e usa tais resgates memorialísticos como um meio de revisão, resistência e identidade da história afrodescendente. Dessa maneira, o discurso tomado por um tom de insubmissão transforma a história e mostra, para mulheres que viviam um ciclo de degradação desde a época escravocrata, um novo alvorecer.

O alvorecer que renova o legado da submissão só é mostrado em tal narrativa no momento que a personagem, apesar dos medos e inseguranças presentes em 35 anos de sua vida, decide traçar o caminho de retorno para seu local de origem, a pacata cidade chamada Flor de Mim. Maria do Rosário resiste a partir de que, não conformada com o destino imposto a ela pelo seu rapto, em vez de desistir dos seus desejos ou de sucumbir à dor, levanta-se e luta, indo em oposição a todas as figuras que tiveram seus nomes apagados da história por causa da submissão.

O texto narra que, mesmo com poucas condições e trabalhando como empregada doméstica, as escolhas de moradia da personagem sempre eram direcionadas com base em um roteiro previamente destinado ao retorno para sua terra natal. O regresso direcionado configura, portanto, na narrativa, uma resistência de não oposição à conformidade. Tornando-se precursora de sua história, a agora já adulta Maria do Rosário resolve não sucumbir a seus medos do retorno a sua terra mãe e configura, assim, o elemento modificante que fez com que se destacasse em uma multidão.

O percurso transgressor da personagem tem sua catarse quando, cansada de lamentar os desgostos de sua vida e a incerteza dos seus amores, Maria do Rosário emerge de sua angústia e traumas e resolve voltar a estudar para, assim, concluir o 2º grau. É na ambiência dos estudos que a figura submissa surge, resistindo à casa grande, a qual por tanto tempo impediu a senzala de ter acesso ao conhecimento. Assim, no cenário escolar, Maria do Rosário conquista sua alforria:

E foi na ambiência dos estudos que surgiu minha salvação a partir de um ciclo de palestras sobre “Crianças desaparecidas” [...]. Uma força maior me comandava, entretanto. A força do desejo dos perdidos em busca do caminho de casa. Fui para escutar, eu não sabia nem dizer da minha perda (EVARISTO, 2016, p. 52-53).

Nesse trecho da narrativa, podemos observar que a configuração do discurso de resistência da personagem analisada é essencialmente movida por uma força que faz com que a personagem não se cale e busque sua liberdade se opondo ao sistema que a oprime. O medo tornou-se, no caso de Maria do Rosário, combustível modificador de sua história, retirando da personagem as algemas opressoras que a aprisionavam. Foi através da luta que os negros sobreviveram a escravidão e não foi diferente com Maria do Rosário. Eis o relato do momento em que suas amarras são quebradas:

Nesse dia, cheguei ao local da palestra, no momento em que algumas pessoas começaram a contar casos de desaparecimentos, sequestros, sumiços e fugas de crianças. Mais angustiada fui ficando com tudo que ouvia. Parecia que estavam contando a minha história, em cada acontecimento da vida de outras pessoas. Eu não estava suportando mais, o ar me faltava, tinha a sensação de que ia morrer. Foi então que resolvi sair da sala, mas, quando levantei, ouvi uma voz que me pareceu familiar. De chofre, reconheci. Era o tom da voz de minha mãe, a síntese de todos os sons de uma curta infância junto aos meus. Ri da minha perturbação. O que estaria a minha mãe fazendo ali no colégio? Mais resoluta fiquei na minha determinação de sair. Precisava ir embora. Eu estava fazendo uma brincadeira de mau gosto comigo mesma? E me pus de pé. Lá na frente, o corpo que imitava a voz de minha mãe acintosamente contava uma história acontecida na família dela. A história de uma irmã que ela nem conhecera, pois tinha sido roubada ainda menina e nunca mais a família soubera qualquer notícia. Não consegui sair e, entretanto, não fiquei. Não me assentei também, apesar dos pedidos. Depois, eu soube que soavam à minha volta. [...]. Porém, não era o relato de minha irmã que havia nascido depois de minha partida forçada que eu ouvia. Não era a fala dela que me prendia. E sim o jipe. Lá estava o jipe ganhando distância, distância, distância.... Lá estava o meu irmão chorando no meio da estrada e eu indo, indo, indo.... Quando acordei do desmaio, a moça do relato segurava a minha mão. Não foi preciso dizer mais nada (EVARISTO, 2016, p. 53-54).

Podemos, nessa história contada, observar os fortes pontos de referência voltados à coletividade, advinda da memória coletiva, conceituada por Pollak em *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989). Ele afirma que é “da duração, estabilidade e continuidade” que se conjectura a memória que, por fundamentar e reforçar os sentimentos de pertencimento de fronteira socioculturais, torna-se coletiva (POLLAK, 1989, p. 01).

É o som, elemento principal da cultura oral e importante ponto de referência da memória coletiva, que estrutura o caminho de volta às origens da personagem principal. Dentro do contexto configurador memorialístico, é possível identificarmos que, a partir de um relato oral, Maria do Rosário reencontra sua família. Numa extensão de sentido, o diálogo com a história mais uma vez reverbera pelo elemento que há tanto tempo une gerações de afrodescendentes, a voz. Assim também ocorreu com a voz da irmã da personagem, a qual fez com que voltasse ao passado e reencontrasse os seus. É a cultura oral entrelaçada à história da cultura africana, unindo informações e as traspassando de geração em geração.

Outro elemento memorialístico presente na narrativa é o objeto usado como metáfora para recordar o tráfico dos sujeitos escravizados na história do Brasil, o jipe. Ao retornar para dentro de si e preencher as lacunas que ainda existiam, a personagem, em um momento de euforia, ao ouvir a voz tão familiar de sua parenta, o barulho do automóvel que a levou para longe de sua terra de origem retorna para a história como o elemento responsável pela recordação de uma memória histórica.

Assim como outros pontos já citados na análise, observamos que o jipe surge no início da narrativa como alegoria que rememora os navios negreiros, transportes responsáveis por realizar o trajeto entre África e Brasil. Interessante observarmos, na construção do resgate, que o mesmo elemento que a levou para longe a trouxe de volta em uma catarse de sentimentos. A resistência na citação acima também surge como elemento principal quando a personagem, por mais que abalada psicologicamente pelo abrupto retorno, coloca-se de pé, posição de luta e combate. Maria do Rosário, mais uma vez, por meio da insubordinação, resgata a liberdade.

Na finalização da passagem, a confirmação do resgate da coletividade manifesta-se em meio ao arremate da narrativa. A personagem confirma que sua história irmana a história oficial do povo negro, em um regresso ao passado que denuncia o que não pode ser esquecido. Unindo suas dores, tais personagens realizam o exercício libertador de falar pelos que foram silenciados e de colocar como aparente, nas narrativas, as figuras já retiradas dali pelo apagamento que o discurso oficial realizou na história.

Na recordação da dor, sentimento que inundou navios negreiros e senzalas, surge a libertação do destino de uma personagem que revive sentimentos e acontecimentos pertencentes à coletividade. A voz insubmissa da narradora de Evaristo (2016) emana verdade, através da recordação, quando afirma: “A nossa voz irmanada no sofrimento e no real parentesco falou por nós. Reconhecemo-nos” (EVARISTO, 2016, p. 54). Sendo porta voz do seu povo, Maria, não apenas nesse momento, recorda traços negativos que marcaram as narrativas voltadas a descrever a diáspora africana em terras brasileiras. A personagem, em sua fala, encarrega-se de não apenas denunciar, mas também de falar sobre a força proeminente do seu povo.

Ao reconhecer o seu trajeto e observar que sua força emana da resistência ao sofrimento, Maria do Rosário obtém a fantástica catarse de atingir, ao fim do seu relato, que sua fala a tornou sujeito assomado e ativo na memória oral quando afirma: “Eu não era mais a desaparecida. E Flor de Mim estava em mim, apesar de tudo. Sobrevivemos, eu e os meus. Desde sempre” (EVARISTO, 2016, p. 54). É através da voz, ponto de referência estruturador da memória oral, que Maria resgata a memória do seu povo. Uma vez que resgata a memória

do seu povo, reencontra-se consigo mesma, expurgando feridas do passado para sobreviver insubmissa, corrigindo a história viva desde sempre.

3.2 A ruptura da história padrão pela voz de Regina Anastácia

Podemos observar que a composição desse conto, o último da coletânea, possui mais da temática da resistência e quebra de paradigmas. Trata-se de uma narrativa cujo discurso apresenta o rompimento de uma cultura colonial, a qual por muitos anos foi submissa, escravocrata e, acima de tudo, quando partimos para a análise na esteira do gênero feminino, sexista.

Em “Regina Anastácia”, a voz narradora surge recordando muitas outras que a antecederam, como a da própria rainha Anastácia. Vozes guerreiras são recordadas, portanto, através do resgate de memórias presente na história. A mulher expõe sua história de resistência focando nas mulheres de sua família, na submissão vivida e onde ocorreu a transformação. A narrativa se principia no século XX com a descoberta de ouro no interior brasileiro. Ela expõe que, com tal descoberta, sua família migrou de um lugarejo onde viviam para Rios Fundos, cidade fictícia presente na obra como a ambientação de tudo que ocorre logo após a mudança.

Assim como diversas municipalidades fundadas no ciclo do ouro, Rios Fundos era dominada pelo coronelismo, no qual uma família latifundiária, herdeira de um poder adquirido ainda na época das capitâneas hereditárias, impunha todo o poder e todos os bens calculados por terras e comércios da região. A família Duque D’Antanho era possuínte de todos os órgãos comerciais, midiáticos e religiosos existentes na cidade, e dominavam tudo e todos que viviam naquelas terras, o símbolo ferrenho do poder colonizador na época do ouro.

De acordo com a narrativa, a única parte daquele município e redondeza que funcionava independente dos mandos e desmandos dos D’Antanhos se tratava de um clube recreativo chamado de “Antes do sol se pôr”, onde a comunidade afrodescendente realizava seus encontros e cultuava suas divindades. O próprio nome do clube remonta a uma prática do tempo da escravatura na qual os escravos que fugiam à noite de suas senzalas para se encontrarem mapeavam rotas de fugas e precisavam retornar “antes do sol se pôr” para suas “celas” a fim de que seus senhores não desconfiassem dos seus planos. Com a recordação que se dá por meio desse elemento nominativo, a época da escravidão atualiza o contexto da narrativa.

No local onde ficava o clube recreativo, o cenário se reportava ao ambiente dos encontros de antigos escravos daquela região, quando, aos domingos e dias santificados, eram liberados pelos seus donos, muito crédulos da fé católica. Nesses encontros, os escravos e seus

descendentes facilitavam seu percurso de retorno criando caminhos de volta para as senzalas. Os encontros possuíam razões diferentes, como danças, rituais às divindades africanas e tramas de fuga. Toda a manifestação ocorria durante a noite e seus participantes tinham que retornar à direção da sua condição escrava. O retorno tinha de acontecer “antes do sol se pôr”.

Mediante esse cenário, surge uma história de amor proibido. Regina Anastácia narra, logo no início da história, que o mais novo dos netos pertencente à família Duque D’Antanho, em uma situação inusitada, apaixona-se por ela. Jorge D’Antanho e Regina, de encontro às probabilidades possuintes para casais de etnias e classes distintas da época, colocam-se contra os padrões e lutam pelo amor. Com a decisão e recusa às deliberações da família dantanhense, o casal é levado a vivenciar no cotidiano as objetificações e sofrimentos impostos pela sociedade colonial.

Bem como alega a narrativa, a história de amor de Regina Anastácia e Jorge é o oposto das belas narrativas contadas nos discursos oficiais. Diante de tal cenário, podemos questionar o que configura, na história, tal elemento diferenciador e de que forma as vozes da narrativa reivindicam o seu lugar de fala. Tais questionamentos podem ser respondidos com base na análise de algumas locuções presentes no conto, as quais trazem ao texto significatividade histórica, como quando a voz-narradora alega sua altivez mostrando-se pronta para lutar ao lado do seu amado contra a família dantanhense e todo o preconceito exercido na narrativa por ela.

Por meio da história particular de sua vida, a personagem narradora denuncia um acontecimento muito recorrente na época pós-escravidão entre famílias de condições sociais diferentes e ainda hoje presente. Regina Anastácia reconta, por meio de suas palavras, a rivalidade entre classes dominada e dominante que ocorriam na época pós-escravidão. É notório que, após a abolição da escravatura, os antigos escravos ainda continuaram sofrendo opressão pela parte que ainda dominava o poder financeiro no meio social. Muitos dos indivíduos antes escravizados tiveram que, por não possuir outras escolhas, permanecer a serviço dos seus antigos donos em seus antigos trabalhos.

Tal descaracterização estigmatizada pela submissão que permeou séculos de escravidão é causada pela insubmissão, inserida na história, da personagem da mãe de Regina Anastácia, a qual, negando-se a trabalhar na padaria da família Dos Antanhos, toma em suas mãos o próprio destino, não permitindo ser dominada pelos que controlavam o município de Rios Fundos. É a personagem de sua mãe que surge na história realizando quebras de paradigmas e se opondo aos donos do poder, assustando até seu próprio esposo com a decisão de recusar o trabalho proposto pela família na cozinha da melhor padaria dantanhense da região. Vejamos:

E, para minha mãe, famosa pelos seus doces e pães, foi oferecida uma vaga na cozinha da maior padaria dos Antanhos. Ela não quis, para a surpresa de nossa família. [...] Minha mãe nem se assustou. Enquanto isso, minhas tias, que, até então, moravam conosco no mesmo terreno, passaram a dormir no emprego, na casa dos D'Antanhos (EVARISTO, 2016, p. 131).

Podemos observar, no trecho do conto, o quanto a dominância da mão de trabalho prevalecia na mão da família possuinte do poder naquele local. O poder assustava a todos que ali habitavam, causando medo e obrigando todos a concordarem com os mandados daquela família. Ao se negar a trabalhar, a mãe de Regina Anastácia exerce seu lugar social de fala e deixa a passividade de lado, resolvendo lutar pela sua independência financeira ao lado da filha que a ajudava a preparar os doces.

Realizando tal feito, a figura feminina exerce dentro da história uma quebra de paradigma nunca contada e vista com bons olhos pelo outro lado da história, pois é normal vermos relatos de pessoas que, assim como a mãe da personagem, foram estigmatizadas nas narrativas, em virtude de não se opor às vontades das vozes dominantes. Podemos observar, no conto, que o elemento que quebra o paradigma na voz da mãe da personagem principal não é a mesma que suas tias articulam. A personagem afirma que, ao contrário de sua mãe, que se opôs ao poderio dantanhense, suas tias continuaram a trabalhar nas cozinhas das casas grandes e mal podiam vir a casa por conta da demanda de serviço.

É notório, na história, que a supremacia branca patriarcal trouxe para a sociedade o silenciamento das vozes subalternas, como já pontuamos quando discorremos sobre lugar de fala. Dentro do conto analisado, podemos ressaltar o quanto a supremacia branca marcou a vida daqueles que surgiram na história no período pós-abolição. Livres pela Lei Áurea, mas sem nenhum aporte social para conseguir emergir financeiramente, muitos dos negros precisavam sobreviver realizando os trabalhos domésticos nas fazendas de cana-de-açúcar.

Desse modo, a mãe de Regina Anastácia encontra forma de existir, e é por ela que isso ocorre, já que, se não fosse tal resistência, os fatos que sobrepujaram os próximos desfechos da narrativa não ocorreriam. Em concorrência à resistência da figura da mãe, podemos observar, nas tias da personagem principal, a sombra do silêncio que manipulou, por séculos, homens e mulheres no ciclo da escravidão. Podemos acriminar tal silêncio ao legado do medo arraigado a tais sujeitos, como confirma Bell Hooks (2019) ao destacar que o silêncio para os negros era “estratégia de sobrevivência”.

Hooks (2019) afirma que “muitos dos indivíduos de grupos oprimidos aprenderam a reprimir ideias especialmente aquelas consideradas opositoras. Aprenderam a resguardarem suas falas. Dizer a coisa errada podia levar à punição severa ou à morte” (Hooks, 2019, p. 327).

Com base em tal ponto de vista, é correto afirmar que o silêncio e a submissão das tias da personagem principal possuem raiz no medo da punição que é memória dos tempos de escravidão, de forma que a altivez da mãe da personagem se torna a maneira de insurgir na história como uma voz denunciadora e insubmissa, tal como as dos escravos resistentes às ordens e aos comandos dos homens brancos dentro de um sistema racista e patriarcal.

Entrelaçando o resgate memorialístico e a resistência, vemos surgir na narrativa mais um elemento que os caracteriza, como uma denúncia do tempo de outrora. Quando a voz narradora inicia a contação da sua própria experiência sobre o enlace amoroso, contemplamos, em mais de um momento, caracterizar-se, em nossa frente, o que ocorria e ainda ocorre na atualidade, com pessoas de classes sociais e etnias diferentes ingressando em algum relacionamento amoroso.

Regina Anastácia, majestosamente, já aos seus noventa e um anos, conta a história iniciada nos tempos de sua mocidade, mas, mesmo assim, segundo ela, uma das mais lindas de sua vida. A narradora personagem, uma mulher negra, descendente de escravos e pobre, vê em Jorge D'Antanho, jovem branco, filho de senhores ricos e herdeiro de capitâncias hereditárias brasileiras, a imagem do amor de sua vida, sua “paixão primeira e única de sua vida e da dele também” (EVARISTO, 2016, p. 132). A história se inicia em uma tarde quando, levando uma encomenda da farmácia para a avó de Jorge, Regina o vê pela primeira vez e não sabe como reagir.

Três anos depois do primeiro encontro com o jovem, Regina tem dezesseis anos de idade e trabalha com sua mãe, a qual, como já mencionado, desde a chegada ao município de Rios Fundos, tinha se negado a trabalhar na fábrica do pessoal dos D'Antanhos, mesmo contra a vontade do seu marido. Trabalhava por conta própria e já havia obtido uma significativa freguesia na região, onde vendia seus pães e doces em uma tenda no terreiro de casa, além de realizar algumas entregas para fora. Paralelamente à força das mulheres do passado, considerando a insistência das mulheres dessa história, é nesse relevante cenário que o segundo encontro entre Jorge e Regina Anastácia ocorreu:

Foi nessa mesma época da inauguração da tendinha 'Safba e Anastácia' que o moço, neto de Dona Laura, de repente, numa tarde, antes do sol se pôr, apareceu lá. Isso três anos depois que eu tinha ido à casa da avó dele levar a encomenda da farmácia. Era a primeira vez que um D'Antanho pisava em nosso território particular [...]. Tentei ficar indiferente, mas algo em mim bulia. Fui tomada por uma alegria intensa, mas ao mesmo tempo, por uma tristeza de um pressentido perigo. Minha mãe também, vivendo uma estranha intuição, mal o moço saiu, revelou uma preocupação. Achava que Jorge D'Antanho tinha ido lá, obedecendo a ordem da família. Tinha ido ver como as coisas corriam em nossa tendinha ou, então, o pior: tinha ido para deitar os olhos em mim (EVARISTO, 2016, p. 135-136).

Partindo do receio sentido por Regina Anastácia e sua mãe, quando Jorge visita sua tenda de doces pela primeira vez, podemos apontar, nessa parte da narrativa, a esperteza que constituía as duas ativas figuras femininas da história. Por mais que fossem pobres, Regina e sua mãe não eram inocentes nem indefesas, pois, através da coragem que constituía seu cerne, poderiam se alertarem para os perigos que a rondavam. O romance começa a se destacar, na história, quando Regina, apesar do seu medo, possui no seu interior o instinto que prega o sentimento estranho comprimido dentro de si, a paixão sentida por Jorge. Apesar da desconfiança de sua mãe, ligada ao medo que nutria dos acontecidos às mulheres do passado pelos homens brancos, a personagem possui a coragem de insistir que Jorge era uma quebra de paradigma, alguém muito diferentes dos seus.

Mostrando o que pouco é exposto na literatura, vê-se, na figura de Regina, o sofrimento e a insegurança de uma figura feminina perante a possibilidade de um amor, no qual, pelas distinções de classe e de gênero, não se sabe ao certo em quem atrelar sua confiança, já que, durante séculos de história, seu povo havia sido roubado e enganado. Em um período pós-abolição da escravatura, por pouco a história de Jorge e Regina não urge como o drama shakespeariano *Romeu e Julieta*. No entrelaçar da narrativa, percebemos que tal história possuía uma grande probabilidade de ser naturalmente mais uma história de amor proibido que termina em tragédia, porém há nela um elemento inovador que diferencia tal narrativa de outras, a resistência.

Um dia ele me perguntou sobre o que eu desejaria fazer no futuro. Eu tinha um plano audacioso, para quem vivia na cidade em que tudo era dos D'Antanhos, em que tudo era dos familiares dele. Eu sonhava fazer daquela tendinha uma grande padaria, maior do que a deles. Olhei para ele, não respondi, sorri apenas. Ele me olhou fixamente como fazia apenas como fazia às vezes e me disse que eu tinha o sorriso mais lindo que ele já tinha visto. Nesse momento, minha mãe entrou na tendinha. Jorge D'Antanho fez um leve aceno de cabeça e saiu [...]. Ela havia notado o interesse do moço D'Antanho por mim e sabia o que aquilo significava. Os moços brancos, incentivados pelas famílias, conservam os hábitos ainda do tempo da escravidão. (EVARISTO, 2016, p. 136-137)

Vemos, nesse momento, configurarem-se na história resquícios de um passado de medo advindo da escravidão, como já mencionado. A história de amor e enlace de classes diferentes entre Regina e Jorge emerge na história sob um estigma de insubordinação, desobediência aos incontáveis preconceitos que fazem parte da cultura escravocrata, em que o menosprezo da figura feminina permeou todo o percurso histórico. É notória, na preocupação da mãe da

personagem, a cultura existente na escravatura acerca da objetificação do corpo da mulher negra, existente apenas como elemento saciador de vontades de indivíduos brancos.

Apoiada em tais estereótipos, inicialmente, Saíba, a mãe de Regina, tem uma conversa com a filha com o intuito de alertá-la sobre como os homens brancos “corriam atrás das mocinhas negras e começavam a fazer-se homens experimentando os primeiros prazeres no corpo das meninas e das mulheres que trabalhavam em suas casas” (EVARISTO, 2016, p. 137). O destaque na narrativa ocorre quando Regina, mesmo ouvindo e apoiando a mãe, continua a crer que Jorge é diferente dos outros de seu clã familiar e, assim, contrapõe a história oficial quebrando paradigmas, de modo que a figura feminina negra resolve lutar pelos seus desejos crendo na mudança que o amor poderia significar na vida dos dois.

Dias depois ele chamou meu pai e minha mãe e pediu para eles se poderia namorar comigo [...]. A guerra em minha casa foi suave, eu tinha de convencer os meus que Jorge D’Antanho me respeitava e que eu não era nenhuma menina sem malícia, para perceber as más intenções dele, caso ele tivesse [...]. Guerra pior, dolorosa, ia ser declarada na cidade fechada. Meus inimigos eram os D’Antanhos e Jorge, sem meias medidas, enfrentou a sua família, que reagiu logo [...]. Jorge foi espremido contra a parede, que ele parasse logo com a história de namoro, que fizesse comigo o que quisesse, que montasse para mim uma casa, mas que não espalhasse essa ideia de namoro, de compromisso. Eu não era moça para tais propósitos. Ele, entretanto, sabia o que queria e eu também. A desobediência causou a expulsão do nome dele do testamento (EVARISTO, 2016, p. 138).

Apesar do receio de sua família, presenciamos no trecho que é por meio da altivez de Regina, firme em suas decisões de crer que Jorge a amava e era diferente, que as barreiras por parte de sua família foram derrubadas. Nesse contexto, por parte da família dantanhense, vemos a rememória à ferrenha marca do coronelismo predominante nas cadeias de etnia e classe no tempo pós-colonial. Nesse momento, em que a narrativa mostra a objetificação do corpo negro ao evidenciar como os parentes de Jorge veem Regina, por considerar sua classe social e étnica hierarquicamente mais elevada, observamos o quanto a sociedade colonial branca era sexista e resumia o corpo feminino a pouco.

Em tal momento narrativo, a afirmação de que Regina Anastácia não era “moça para tais propósitos”, mostra o peso imposto à personagem perante a sociedade com a opção firme de não se render ao sistema. Por um lado, um corpo resumido a nada pelo sexismo da sociedade colonialista, por outro, um indivíduo sistematicamente resumido a pó pela oposição de ideias. Ao optar por lutar pelo amor ao lado de Regina, Jorge é pressionado por sua família, que não aceitou a decisão do rapaz de namorar uma moça negra e pobre, o que causou a expulsão do seu nome do testamento do império dantanhense e repulsa em todos do seu sangue.

Firme em sua decisão, Jorge renuncia a toda a riqueza para lutar ao lado da sua amada contra os impactos da sua união amorosa na sociedade. No momento de escolha, observamos que, de grosso modo, a resistência teve papel fundamental também na escolha de Jorge, pois, sabendo o poder que possuía sua família, optou por não se subordinar à vontade prescrita por eles, deixando vir à tona o processo de liberdade e resistência que, segundo Hooks (2019), “se inicia no interior do indivíduo” (HOOKS, 2019, p. 55).

Ao elucidar, no processo de memória, os preconceitos sofridos pela mulher negra objetificada pelo sujeito colonizador, vemos o quanto a história de Regina Anastácia torna-se plural a partir do momento que ela se sobrepõe ao discurso colonizador que lhe reduz e a vitimiza. Regina ressurge no conto através de elementos opostos: não permite que seja direcionado a ela o destino que muitas das suas ancestrais aceitaram e quebra o silêncio imposto à figura feminina negra por muitos séculos, configurando o texto de maneira que tal voz possa usá-lo em seu favor.

No desfecho, após todas as lutas travadas pelo casal mediante suas escolhas, eles se casam e têm cinco filhos – tornam-se protagonistas de uma linda história. Contrariando o sistema econômico que postulou o negro como sujeito infeliz e pobre, Regina é bem-sucedida na sua vida pessoal e profissional, estilhaçando com a cultura racista e patriarcal que a invalidou no discurso, afirmando que era inapropriada para tais propósitos de vida. Adversando socialmente, majestosamente Regina Anastácia arremata sua voz afirmando que espera, “sem pressa alguma, a hora do seu poente”, realizando assim a elucidação de sua potente narrativa que saúda suas vozes irmãs, vítimas da cultura escravagista.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, podemos observar que é por meio da revisão do passado histórico proporcionado pelas vozes narrativas criadas por Conceição Evaristo em *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2016) que somos capazes de considerar toda a mudança, importância e força que essas mulheres desempenham no meio político e social. A revisão do passado histórico, ocasionado pelo processo narrativo das vozes contemporâneas que vemos, no limiar da sociedade, faz uma nova luz surgir preenchendo silêncios, dando outros *locus* sociais às vozes que, inconformadas, recusam-se a permanecer no esquecimento por mais tempo na história e levantam-se, prontas para a luta a fim de arrancarem as mordidas que, por muito tempo, aprisionaram-nas.

A narrativa evaristiana coloca a mulher negra como sujeito histórico, não por ocupar alguma posição de destaque, mas por estar incluído socialmente, reivindicando justiça pelos afrontes vividos pelos seus ancestrais para ser parte essencial e ativa no meio social. Nesse processo narrativo, Evaristo não apenas produz literatura, mas revoluciona o campo literário com a missão de denunciar absurdos vividos em tempos de outrora. Dessa forma, a autora reivindica e exige, de forma poética, através da literatura, que tais acontecimentos nunca sejam esquecidos, para que, assim, nunca voltem a acontecer.

Resguardadas por um determinado período, por inúmeras questões sociais, tais memórias não são tão fáceis de se encontrar, já que algumas se preservam por meio da oralidade, permanecendo ausentes nos documentos escritos. Além do mais, o fator psicológico e o trauma vivenciado acabam por deixar mais complexo o acesso a tais recordações. Na obra *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), as vozes narrativas como protagonistas de suas histórias de vida e, por vezes, do povo negro, relatam, por meio da memória, situações de violência, abusos, discriminações. O que é bastante pertinente nessa obra é o fato dessas mulheres não mais silenciarem e, passivamente, aceitarem as situações de opressões. Elas, ao contrário, esbravejam em uníssono um grito de resistência, ressignificam experiências de dor, saem vencedoras do que as oprimiam, e, portanto, impõem-se em termos de gênero e raça.

Um fator secundário, porém não menos importante na escrita de resistência de Conceição Evaristo, mais precisamente na obra *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2016), é o fator da idade das personagens. As mulheres que se apresentam como protagonistas na obra já são idosas, anciãs, que após uma vida de experiências, repassam-nas para a geração atual. Nesse sentido, podemos observar a força e a quebra de paradigma existentes em tal ato, já que é documentalmente confirmada, na historiografia, a ausência de personagens afrodescendentes

de terceira idade, na literatura brasileira desde os tempos de outrem. Na escrita de Conceição, a anciã negra existe e fala.

São histórias de vidas negras, que agora possuem voz e vez nessas narrativas e, ao rememorar o passado de dor, passam pelo processo de reconstrução de si, da sua identidade e passam a se perceber como um sujeito que tem um lugar social, uma narrativa a ser contada. Assim nos diz Le Goff (1988, p. 478), “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

As mulheres da escrita memorialística evaristiana pensam os fatos do passado afrodescendente problematizando-os e ressignificando essas histórias, de modo a salvaguardar na memória coletiva, a partir do ponto de vista do negro, para que, assim, a memória que se construiu desse povo apenas pelo olhar do discurso dominante, liberte-se de preconceitos e estereótipos, e passem a ser vistos como protagonistas de sua verdadeira história.

Juntas, as mulheres Regina e Maria do Rosário, assim como outras fundamentadas na ficção de resistência, quebram estigmas e configuram o texto para que o mesmo possa ser utilizado como local de denúncia. É no texto utilizado como espaço de denúncia que tais personagens falam por gerações, recordando, através de suas experiências pessoais, o passado de muitas. A alegoria do passado histórico das mulheres que, retiradas de sua terra natal, passaram por uma via dolorosa e que, por muito tempo, foram apagadas pelo discurso oficial, tem a missão de trazer de volta Dandara dos Palmares, Rainha Anastácia, entre outras mulheres silenciadas, com o seu retorno em vozes contemporâneas, agora como protagonistas.

Tendo em vista a afirmação trazida pela própria autora, podemos afirmar que o que, na contemporaneidade, cristaliza-se em sua forma de escrita, anteriormente foi transmitida na memória oral – parte de uma memória coletiva –, em que eram relatados aspectos culturais do seu grupo de origem e acontecimentos históricos que marcaram a migração da terra original desse grupo até as novas terras descobertas. Postulando memória coletiva, como Pierre Nora trata em seu estudo *Memória coletiva* (1978), no qual discorre que memória coletiva é “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”, podemos afirmar que, nesse caso específico, a história é desenvolvida por meio do processo de resgate de memórias e da resistência de intelectuais contemporâneos destinados a nunca permitirem que tais fatos sejam deixados de lado.

O resgate produzido por Conceição Evaristo é constituído por um trabalho que liga temáticas históricas, manifestadas nessa literatura de denúncia e resistência em uma aparência moderna caracterizada por elementos textuais e sociais, como o uso de signos linguísticos

atualizantes dentro de acontecimentos corriqueiros do cotidiano de sujeitos marginalizados dentro de uma sociedade periférica atual.

A escrita da autora contemporânea tida como foco do nosso trabalho permite, através da recordação, outra forma de ler e mostrar a história, pois ela refez o seu percurso memorialístico com base nas próprias vozes ancestrais dos sujeitos afrodescendentes, com o auxílio da oralidade, para dar vida à memória do seu clã social. Por mais que todo um trabalho de resgate tenha sido elaborado, é notório que as vozes desses contos ressurgem, porque, na voz das suas personagens, reside a força de lutar até o fim pela sua liberdade, resistindo até os mais vis absurdos. Tal voz veste-se de coragem à qual nomeamos de resistência.

Entre lacunas abertas na história do seu grupo social e inúmeras identidades mutiladas no processo de diáspora, “são reconstruídas com o auxílio de uma memória mítica, que circula pela oralidade e que se afirma, muitas vezes, como um contradiscurso da história oficial” (EVARISTO, 2011, p. 30). Nesse momento histórico, a pena é tomada da mão do colonizador pelo “outro”, no caso, a autora. Ela narra, com profundidade, o seu lado da vida sob forma de ficção, recordando a África ancestral, “âncora dos navios de nossa memória”.

Para tal recordação, “inventa-se, pois, uma história; preenche-se com a ficção o vácuo produzido não pelo esquecimento, mas pelo desconhecimento, pela ausência de elementos, de materiais e matérias que relatariam o evento histórico, que foi silenciado e que se precisa lembrar” (EVARISTO, 2011, p. 27). Agora, corretamente recordadas, dando importância àquelas que resistiram desde o início de todos os acontecimentos diaspóricos, a mordaza é de fato retirada, e a mulher negra fala através de um passado de luta. Desse modo, observando como tais fatores acrescentaram para que tal resgate pudesse ocorrer na contemporaneidade, vale afirmar que recordar será sempre preciso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Márcia Franz. **Lugares de fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa.** Contracampo, n. 12, p. 103-114, jan. /jul, 2005.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960a.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história.** In: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996;
- BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma História do negro no Brasil.** Rio de Janeiro, 1988. Catálogo da exposição realizada na Biblioteca Nacional de 09 de maio a 30 de junho de 1988. Disponível em: http://objdigital.bn/acervo_digital/div_icnografia/icon1104317/icon1104317.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2022.
- BOSI, Alfredo. **Poesia e resistência.** In: _____. **O ser e o tempo da poesia.** São Paulo: Editora Cutrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977.
- CONHEÇA a história da escritora **Conceição Evaristo.** [S.l.s.n], 2020. 1 vídeo (11:20 min). Publicado pelo canal TV Aparecida. Disponível em: <https://youtu.be/9POX2gtfmFI>. Acesso em: 12 de nov. de 2021.
- EVARISTO, Conceição. **Insubmissas Lágrimas de Mulheres.** __2. Ed. __ Rio de Janeiro: Malê, 2016.
- EVARISTO, Conceição. **Nos gritos D’Oxum quero entrelaçar minha escrevivência.** In: DUARTE, Constância Lima (org); MAIA, Cláudia; ABREU, Laile Ribeiro de; BARROCA, Iara Cristina Silva; PERES, Maria de Fátima Moreira. **Arquivos femininos: literatura, valores, senti dos.** Florianópolis: Mulheres, 2014, 520 p.
- EVARISTO, Conceição. **Poemas Malungos, cânticos irmãos.** 2011. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Rio de Janeiro, 2011.
- HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism.** Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2017.
- LIZALDE, José Luis. **Se acabó la esclavitud?** In: Mundo Negro - Revista Misional Africana, no. 428, março 1999, p. 54.
- LE GOFF, Jacques, **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.
- LE GOFF, Jacques, 1924 **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. *Apud* CHANGEUX, J-P. « Discussion a J-P Changeux e A. Danchin. Apprendre par stabilisation sélective de synapses en cours de développement » In MORIN, E e PIATTELLI PALMARINI, M. (orgs). *L’unité de l’homme. Invariants biologiques et universeaux culturels.* Paris: Seuil, 1972. p.351-357.
- LE GOFF, J. **História e Memória.** São Paulo: Ed. Unicamp, 1996. [Original dos ensaios: 1987-1982] [original do livro: 1982].
- NORA, Pierre. **Mémoire collective.** In: LE GOFF, Jacques CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Dir.). *La nouvelle histoire.* Paris: Retz, 1978.
- POLLAK, Michael. **“Memória, esquecimento, silêncio.”** In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.
- RIBEIRO, Djamilá. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
TEDESCHI, Losandro Antonio. **História das mulheres: uma introdução teórica–metodológica.** Dourados- MS: EDUFGD, 2013.